

J. PINTO PEIXOTO ▪ F. R. DIAS AGUDO ▪ J. TIAGO DE OLIVEIRA ▪ J. CAMPOS FERREIRA
MARGARITA RAMALHO ▪ A. RIBEIRO GOMES ▪ ARMANDO POLICARPO ▪ F. DUARTE SANTOS
J. GOMES FERREIRA ▪ L. A. MENDES VICTOR ▪ MANUEL LARANJEIRA ▪ M. GOMES GUERREIRO
J. CÂNDIDO DE OLIVEIRA ▪ ROBALO CORDEIRO ▪ J. CELESTINO DA COSTA ▪ A. CASTRO CALDAS
BARAHONA FERNANDES ▪ ARANTES E OLIVEIRA ▪ A. F. CARVALHO QUINTELA ▪ A. BARBOSA
DE ABREU ▪ GOUVÊA PORTELA ▪ L. BRAGA CAMPOS ▪ J. J. DELGADO DOMINGOS ▪ A. F.
OLIVEIRA FALCÃO ▪ DOMINGOS MOURA ▪ H. CAMPOS NETO ▪ A. LARCHER BRINCA ▪ J. F.
QUINTINO ROGADO ▪ M. AMARAL FORTES ▪ M. BAPTISTA BRAZ ▪ M. PEREIRA COUTINHO
FERNANDO ESTÁCIO ▪ P. O. PEREIRA SANTOS ▪ A. A. MONTEIRO ALVES ▪ BRITALDO RODRI-
GUES ▪ L. AIRES DE BARROS ▪ MATOS ALVES ▪ M. PORTUGAL FERREIRA ▪ ANTÓNIO RIBEIRO
FRANCISCO GONÇALVES ▪ TELLES ANTUNES ▪ LUÍS ARCHER ▪ J. MONTEZUMA DE CARVALHO
J. FIRMINO MESQUITA ▪ ABÍLIO FERNANDES ▪ J. MALATO-BELIZ ▪ ARSÉNIO PATO DE
CARVALHO ▪ A. XAVIER DA CUNHA ▪ ALLEN DEBUS ▪ J. SIMÕES REDINHA ▪ SEBASTIÃO
J. FORMOSINHO ▪ A. M. A. ROCHA GONSALVES ▪ L. ALMEIDA ALVES ▪ OLIVEIRA CABRAL
FRAÚSTO DA SILVA ▪ JOSÉ V. PINA MARTINS ▪ AMÉRICO COSTA RAMALHO ▪ FERNANDO
REBELO ▪ C. ALBERTO MEDEIROS ▪ ILÍDIO DO AMARAL ▪ MANUEL GARRIDO ARAÚJO
MANUEL VIEGAS GUERREIRO ▪ A. SIMÕES LOPES ▪ A. SOUSA FRANCO ▪ ONÉSIMO T. ALMEIDA
JUSTINO MENDES DE ALMEIDA ▪ FRANCISCO GAMA CAEIRO ▪ RÓMULO DE CARVALHO

HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA EM PORTUGAL NO SÉC. XX

III VOLUME



PUBLICAÇÕES DO II CENTENÁRIO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA
LISBOA • 1992

minhos camonianos. Para já, a publicação de uma edição anastática das duas edições de *Os Lusíadas*, datadas de 1572, que a Academia promoveu, dentro do programa de publicações comemorativas do 2.º Centenário da Fundação da Academia, foi um excelente serviço prestado aos estudiosos de Camões.

Quem se der ao trabalho, muito proveitoso, de percorrer os volumes do *Boletim da Segunda Classe* e das *Memórias da Academia das Ciências* (Classe de Letras), nos relatos das diferentes sessões, que decorriam de forma bem diversa da actual, e nos textos das comunicações, haverá de concluir que são um manancial de valiosíssimas informações para os estudos históricos, literários e linguísticos. Mais ainda: diríamos que são uma fonte preciosa de sugestões para futuros trabalhos.

Relativamente aos Estudos Camonianos, cremos que os exemplos de académicos que recordámos — e outros poderíamos mencionar —, conjuntamente com as iniciativas editoriais, se muito nos honram, também muito nos responsabilizam.

Não percamos a dianteira que, por muitos anos, ocupámos!

Também aqui, estou disso certo, porque tudo o indica: a Academia das Ciências de Lisboa mostrar-se-á digna dos seus camonistas que, em pleno séc. XX, elevaram muito alto o nível da Camonística em Portugal.

TEMAS E PROBLEMAS
DAS CIÊNCIAS HUMANAS NO TEMPO PRESENTE:
A ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA
E A HISTORIOGRAFIA DA CULTURA MEDIEVAL

FRANCISCO DA GAMA CAEIRO *

Summary

Themes and problems of the humanities, as presently developed, within the specific field of medieval culture, by the Lisbon Academy of Sciences, are here described in a succinct perspective.

The subject matter is presented in such a way as to lead to an examination of the theoretical grounds of the concepts of history and culture underlying the production of those scholars which, at the time of the reading of this paper (1989), were members of the Academy.

Particular attention is given to the examination of the methodological leanings of some of these, as exhibited in their more significant works published in this field. By order of reference, Mário Martins, José Mattoso, J. Cerqueira Gonçalves, A. Moreira de Sá, L. de Sousa Rebelo, L. Lindley Cintra, M. Helena da Rocha Pereira, M. J. de Almeida Costa, Martim de Albuquerque, P. Soares Martínez, J. Borges de Macedo, J. Veríssimo Serrão. Other Academicians also deserve passing mention.

The present research, though very brief and fragmentary, aims at stressing the weight and quality of work produced, its methodological pertinence, the pluralism and originality of conceptions of its authors, in terms of a effective contribution to the advancement of Portuguese medieval cultural historiography.

No caso específico das Ciências Humanas, quando um dia se proceder a um inquérito, necessário e urgente, sobre as modalidades de desenvolvimento e sentido de direcção em que no nosso tempo se veri-

* Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa.

ficaram os avanços mais significativos, terá de se prestar a devida atenção ao papel desempenhado pela Academia das Ciências de Lisboa nessa mesma área.

O balanço crítico, que neste breve excurso se apresenta, visa em especial uma vertente concreta das Ciências Humanas: o exame do equipamento teórico e operativo em vigor e, bem assim, do acervo de conceitos historiográficos na área da Cultura Medieval — tal como vem sendo desenvolvido no tempo actual por investigadores portugueses sócios desta Academia (cingindo-se aqui à actuação de académicos ainda vivos), quer em seus trabalhos inseridos nos quadros da Instituição, quer em outras iniciativas desses mesmos autores.

A questão que se levanta ao analista da Cultura Portuguesa contemporânea, ao tentar objectivamente apreciar o sentido da obra histórico-cultural dos estudiosos integrados na Academia das Ciências de Lisboa, conduz a examinar os fundamentos e supostos teóricos das concepções de História e de Cultura subjacentes às produções daqueles, e bem assim as orientações metodológicas patentes nos trabalhos que publicaram.

Trata-se de um questionário exigente, mas todavia indispensável, sob pena de substituir por amenidades de circunstância o que devera constituir interpretação séria da actividade da Academia, com vista a um balanço sobre a sua produção historiográfica, em um campo cultivado na Instituição desde há muito — lembremos apenas o caso de Herkulano — merecendo as honras de uma especial atenção.

O problema de fundo consiste em analisar e confrontar essas directrizes metódicas perante a contemporânea reformulação europeia do estudo da História, isto é, de uma nova maneira de entender e de fazer a História, e do modo de nesta considerar ou integrar o fenómeno da Cultura, tendo em vista a realidade concreta portuguesa.

A partir sobretudo da década de trinta, abre-se, como sabemos, uma fase de profunda renovação no tratamento da História. Para nos atermos ao padrão francês, de influxo marcante na Inteligência portuguesa, Lucien Febvre — o fundador, conjuntamente com Marc Bloch, da nova escola da revista *Annales* — publica em 1942 *Le problème de l'Incroyance au XVI^e siècle. La religion de Rabelais*, um estudo pioneiro da psicologia colectiva, numa corrente que será desenvolvida, na vertente da «geohistória», pelo seu discípulo Fernand Braudel, cuja obra capital, sobre o Mediterrâneo na segunda metade do século XVI, data de 1949.

Enfim, a uma história da crítica erudita e das ciências auxiliares sucede um conhecimento que se constitui no campo das Ciências Humanas e Sociais, ou melhor, das Ciências do Homem, concebido como um todo estrutural e correlacionado, em uma «história total» que pretende não tanto estudar épocas, mas sim, em vertentes menos exploradas, examinar outros temas e problemas. É pois neste contexto metódico — sem esquecer os ulteriores avanços de uma epistemologia histórica renovadora das categorias operatórias do tempo, do espaço e da sociedade, marcando de modo incivo a produção historiográfica contemporânea — que se situam os termos do questionário a dirigir a esse vastíssimo manancial, verdadeiramente inexaurível, da Cultura Medieval e, em especial, aos aspectos desta concernentes ao nosso País.

No caso vertente, seria errónea a apreciação que em um critério rígido e simplista se limitasse a aferir a valia da produção historiográfica portuguesa, pela maior ou menor justaposição, ou pelo grau de fidelidade, a padrões metodológicos estabelecidos em países e em áreas com tradições culturais diferentes, por autores dessas mesmas expressões nacionais, reflectindo necessariamente na metodologia e na formação teórica dos problemas a realidade concreta que tiveram de examinar.

A prevenção visa afastar alguma propensão ao mimetismo servil (patente sobretudo em investigadores muito jovens) em relação a muitas das interpretações centro-europeias cuja adopção incriticada não tem permitido descortinar nem valorizar devidamente aspectos genuínos da Cultura medieval da Península hispânica e, especificamente, da Cultura portuguesa.

Resumindo este tópico: sem desconhecer a necessidade de uma continuada reflexão visando a fundamentação do conhecimento histórico, importa desenvolver uma atitude de vigilância crítica, sempre atenta à diferença no fenómeno cultural e à interpretação desta, em termos de uma hermenêutica outra, dotada de criatividade e de originalidade próprias.

Com esta observação, salientando as facetas susceptíveis de caracterizar o trabalho historiográfico de académicos medievalistas, se pretende não reduzir o seu autêntico significado, ao subsumir em um quadro de generalidades o que no caso português se apresenta com relevância específica.

Entre outros estudiosos do Medievo, poderia ilustrar a asserção, em termos eloquentes, a figura do historiador e escritor — a esta luz,

de certo modo paradigmática — professor da Faculdade de Filosofia de Braga, Investigador e Académico de número (desde 1972), o Padre Mário Martins, S.J. (n. Zibreira, Torres Novas, 17.2.1908).

Se se considerar globalmente a vasta obra deste Académico no âmbito da Cultura Portuguesa, salta à vista que uma não pequena parcela desta interessa directamente ao estudo da Filosofia, da Literatura e das correntes de Espiritualidade — ortodoxa e heterodoxa —, da história do Gosto, das Mentalidades, das Ideias em Portugal, com particular relevo para o período do Medievo.

Pode assim definir-se o alcance da tese que está subjacente aos seus estudos: a existência dum constante no Homem, quando ele é considerado globalmente, como ser vivo e senhor de sentimentos e de aspirações em larga medida comuns a todos os tempos, capaz de vícios abomináveis e de heroísmos até à abnegação e ao sacrifício, de ideias do Espírito a incandescerem o mundo de luz, e também de insuspeitadas alegrias e sofrimentos.

Como o autor medieval experimentou e desenvolveu tão complexa teia de relações humanas, de volições e de vivências, e sobre aquela pôde reflectir em plano especulativo, nos textos que nos legou, tal tem sido o objecto prioritário da diuturna inquirição de Mário Martins. A Idade Média não será afinal a Idade Moderna, ou não terá esta, em suas estruturas, muito de medieval? É a partir deste temário que se desenvolvem algumas das principais abordagens de M. Martins — à semelhança do questionamento que outros medievalistas desenvolvem na actualidade, v. g., em suas obras paradigmáticas, Jacques Le Goff, Georges Duby ou Régine Pernoud —; mas, no caso do A. português, são complementar e cumulativamente percorridos outros itinerários, que evidenciam a importância das inter-relações e das transferências (ainda quando menos evidentes) no mundo do histórico. Tese essa que supõe, para a conveniente compreensão e tratamento dos temas, se reconheça a funcionalidade interdisciplinar dos agentes da Cultura. É esta noção que leva Mário Martins a recorrer a uma metodologia comparatista, privilegiando as inter-relações, ao aproximar as doutrinas filosóficas de textos os mais diversos, tais como fontes históricas (primárias, narrativas, literárias, iconográficas, litúrgicas...), estruturas tradicionais de mitos e lendas, arquétipos de versões arcaicas de poemas, de contos, do romanceiro popular, enfim da vasta e complexa rede de veios de espiritualidade, entre Oriente e Ocidente, entre a Antiguidade e o Medievo, ou entre este e o tempo actual.

Sintetizando: Mário Martins surge-nos como autor de uma obra de consulta indispensável para o estudo do pensamento e da cultura medievais em Portugal.

O percuciente esforço de exegese sobre os textos medievais, servido por uma apurada metodologia de rara finura crítica, alia-se neste Autor a uma vasta pesquisa de arquivo e de biblioteca (sobretudo na riquíssima colecção dos códices Alcobacenses, da B.N.L.), o que permitiu viesse revelar, em primeira mão, uma série de figuras e de correntes de ideias e de espiritualidade, cujo relevo intelectual antes seria insuspeitado, quando não avaliado de modo imponderado, senão mesmo totalmente desconhecido. Com efeito, devido ao resultado dessas investigações, é hoje possível situar em novo plano valorativo concepções filosóficas, teológicas e de espiritualidade do Medievo português, trazendo à luz vertentes doutrinárias e autores de relevo — no contexto da Ordem de Cister, do Franciscanismo, do ciclo de romances de Cavalaria, do Lulismo, da polémica religiosa contra hebreus e muçulmanos, do racionalismo naturalista (vg. da *Corte Imperial*), da Filosofia do Homem e da Cultura nos Alcobacenses (como por ex. no *Horto do Esposo*), ou aprofundando o significado de obras cujo texto devidamente estudou, como as do dominicano Frei Paio de Coimbra, de André Dias, do bispo de Silves Álvaro Pais, de André do Prado, de Bernardo de Brihuega (colaborador de Afonso o Sábio), do Rei D. Duarte, do Infante D. Pedro, entre tantas outras¹.

A nota mais frisante deste medievalista será porventura a sua inexaurível e permanente capacidade de surpreender o leitor ou o ouvinte em quanto escreve ou diz, nomeadamente nas comunicações que na Academia ele tem apresentado.

Existe o inesperado, o autenticamente original, o *inaudito*, na verdadeira acepção do termo, resistente a uma subsunção a rígidas categorias literárias ou meramente conceptuais, porque a realidade é pelo Autor captada, de modo directo e singular, numa experiência intelectual intransferível, ao longo dos caminhos labirínticos que solitariamente vem percorrendo, anos e anos a fio, em diuturno esforço de pesquisa e de penetrante reflexão, debruçado sobre a significação de pouco frequentados textos da Antiguidade Clássica, da Patrística Grega e Latina, das fontes do Pensamento e da Espiritualidade medievais, ou ainda, sobre os fólhos amarelados de códices pergamináceos dos Alcobacenses, ou dos de tantas outras livrarias que continua frequentando.

O Doutor Mário Martins, como autor de vastíssima bibliografia no campo da Cultura Portuguesa, e especialmente em seu âmbito medieval, deverá um dia ser estudado — em aprofundada e exaustiva análise monográfica da sua obra — como intérprete de uma nova visão do Medievo, como introdutor entre nós, em termos, amplitude e alcance antes desconhecidos, de novas modalidades de tratamento e de interpretação dos textos, o que conduz a uma necessária revisão de conceitos na actual historiografia portuguesa.

Tentando uma síntese, talvez não fosse ousado apresentar Mário Martins como o historiador das *inter-relações como chave de interpretação da cultura medieval portuguesa*.

O trabalho de investigação em qualquer área da Cultura, em uma Instituição de natureza científica como a Academia, sempre atendeu, desde a fundação desta, e continua a obedecer, como imprescindível condição, a um princípio de ínsita e inalienável liberdade nas opções metodológicas, bem como a um convivente e dialogante pluralismo, que constituem nota caracterizadora da actividade académica.

Essa feição plural explica, de certo modo, no grupo de investigadores medievalistas da Academia, a diversidade de perfis científicos, sem prejuízo da densidade e riqueza de propostas metodológicas que a orientação de suas pesquisas suscita e as obras publicadas revelam.

Assim nos surge, com efeito, a par de Mário Martins, reflectindo preocupações teóricas de uma geração de medievalistas de diferente formação universitária (da escola histórica de Lovaina) e de mais recente acesso académico (1983), a figura do Doutor José Mattoso (n. Leiria, 22.1.1933), mestre universitário, investigador e autor de larga obra no domínio da Meia Idade.

O eminente historiador José Mattoso assegura e, de algum modo, representa, no seio da Academia das Ciências de Lisboa, a *continuidade* de uma forte tradição medievalista que permite ligar os monumentos mais relevantes da historiografia oitocentista, nesse campo de investigação académica especialmente desenvolvido no passado, com o projecto de construção de uma *nova história*, em moldes científicos visando a realidade portuguesa, com propostas concretas de investigação que, a serem prosseguidas e devidamente executadas no futuro, decerto transformarão as perspectivas e resultados da historiografia medievalista portuguesa do tempo presente.

A ilustrar a nota da continuidade, está a extensa e profunda introdução, e anotação crítica, que preparou e viram a luz em 1980-81, para os

quatro volumes da *História de Portugal* do seu antecessor na Instituição, Alexandre Herculano; e, ainda, em prolongamento do trabalho deste historiador, a nova série, em edição crítica publicada em 1980, dos *Portugaliae Monumenta Historica*, o primeiro tomo dos quais — *Livros Velhos de Linhagens* — em colaboração com o seu confrade e filólogo alemão Joseph Piel, e o segundo, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, de sua exclusiva responsabilidade.

O trabalho e concepções historiográficas deste medievalista apresentam duas vertentes bem demarcadas. Embora estas sejam dotadas daquela íntima coerência e complementariedade, que só uma unitária visão torna possível, é o universo de José Mattoso marcado por uma natureza bifronte: de um lado, a acríbia das suas interpretações, do seu quotidiano exercício de pensar e de construir a História, numa reflexão a que não serão estranhas — para além das orientações da Escola lovainense —, as propostas teóricas sugeridas pelas obras de Jacques Le Goff e de Georges Duby; do outro, o ingente esforço realizado de pesquisa erudita, ao longo de muitos anos de árduo e incessante estudo, facetas essas que depois haviam de permitir alcançasse esse elevado grau de domínio, quanto ao conhecimento de fontes impressas ou do acervo documental de vários fundos medievais existentes em bibliotecas e arquivos do País e do Estrangeiro.

A fecundidade do labor medievalista de Mattoso reside sobretudo no esforço crítico, na lúcida destrição do que, do equipamento epistemológico disponível provindo do exterior, pode ou não convir, numa analítica de rigor, à hipótese portuguesa, na sua aplicabilidade à realidade específica desta faixa ocidental da Península. Numa tentativa de caracterização, em um texto de 1985 quanto a «O essencial sobre a Cultura medieval portuguesa», Mattoso afirma com grande lucidez: «O que normalmente se diz sobre a cultura medieval só tem pertinência para um grupo minoritário privilegiado, ou então resulta de uma síntese mais ou menos arbitraria de elementos de vária procedência (...).

(...) Vistas as coisas mais de perto, no entanto, existe uma enorme diferença entre o que se passa na Catalunha e na Galiza, no Lácio e na Borgonha, no País de Gales e na Normandia, para só citar exemplos de regiões relativamente próximas umas das outras, e que, por sinal, se chegam a englobar nas mesmas generalizações.

Mas se perguntarmos até que ponto se podem definir, a partir desses testemunhos e documentos, as crenças e sentimentos dos cavaleiros ou dos camponeses das mesmas regiões, temos de rasgar de novo o aparente

tecido da unanimidade: as convicções de uns não são, de facto, o fundamento real da vivência dos outros. *A visão do mundo difere em pontos essenciais para uns e para outros*².

É a aceitação da vigência metodológica da *diferença* que lhe permite retirar, de uma série ordenada de factos, conclusões mais seguras — alicerçadas sobre os temas que, de preferência, vem desenvolvendo: a história do monaquismo e da nobreza durante os séculos XII a XV, domínio de pesquisa esse que o autor sujeita a uma rede de inter-relações progressivamente mais abrangentes, no âmbito das interpretações da história social e cultural. São espelho desse trabalho aturado de pesquisa e de reflexão epistemológica a apresentação, em novas propostas de síntese, de estudos que já antes, em parte, havia dado à estampa: *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa* (1982); *Identificação de um País, I: Oposição, II: Composição* (1985); *Portugal Medieval — novas interpretações* (1985).

Em um estudo de 1983 sobre perspectivas da historiografia medieval portuguesa, propende o Autor a uma caracterização desta nos seguintes termos: «o resultado de tais investigações ainda nem sequer forma um conjunto que se possa ter em conta para as sínteses nacionais. Estas continuam ainda dominadas pelos esquemas tradicionais da História historicizante, ao serviço de concepções espiritualistas e patrióticas»³. A crítica principal do Autor residiria na não observância, sobretudo na historiografia anterior a 1974, ao arrepio da chamada escola dos «Annâles», das orientações «baseadas no princípio da dominância do económico e do social para a formação das grandes estruturas, nas quais se enraízam os outros níveis do devir histórico (...). O que era necessário era mostrar que os soberanos tinham sempre servido o povo, que os portugueses sempre tinham espalhado a Fé e o Império, dilatado a Cristandade, arrancado às trevas da barbárie as nações ultramarinas»⁴. Asserção porventura válida para caracterizar apenas uma parcela da nossa historiografia, não caberia de certo neste juízo do distinto medievalista a apreciação, em termos objectivos, de *toda* a produção universitária e académica do período, que não é integrável no mencionado quadro.

No contexto da história e desenvolvimento da Ciência em Portugal no século XX — objecto do Colóquio com que a Academia das Ciências de Lisboa pretende esclarecer um tema, na verdade, de indiscutível e fundamental importância para a comunidade nacional — a intervenção do académico José Mattoso poderá ser apreciada à luz de uma ampla perspectiva: a primeira, a do acervo de estudos já de conhecimento

público, cujo elenco bibliográfico, inserido no final da nossa comunicação, permite dar uma ideia do tomo e relevância da obra deste medievalista; a segunda, a das directrizes novas que, no plano da docência, expressas na aula magistral e nos seminários da Universidade, em conferências e colóquios, na orientação de trabalhos científicos, ele tem vindo a imprimir, marcando os rumos da historiografia medieval portuguesa. Sugestões concretas sobre o tema e o questionário em pesquisas que importaria prosseguir, ou sobre fundos arquivísticos ainda por explorar, têm sido atendidas por investigadores mais jovens com resultados patentes na historiografia medieval: a fecundidade e a efectiva projecção de um mestre, exerce-se com efeito por modalidades múltiplas, por veios de comunicação distintos, por discípulos estabelecidos em termos insuspeitados.

Quem tenha acompanhado o itinerário intelectual do medievalista José Mattoso, logo advertirá que o Autor, pretendendo pensar e construir a História, não visa contudo alcançar, de uma vez por todas, posições perenes neste domínio de conhecimento, caracterizado, como sabemos, pela instância do teórico e do problemático. Alguns dos supostos epistémicos que, parcialmente, o Autor vinha adoptando em estudos anteriores, com a maior probabilidade virão de futuro a ser (e já agora estando porventura) sujeitos a uma necessária e cautelosa vigilância crítica, que a sua profunda acuidade intelectual suscita, num depuramento mais exigente de categorias, determinado pelo próprio desenvolvimento da problematização histórica.

Como expectativa dessa reformulação, senão mesmo de promissor sinal confirmativo de um novo horizonte teórico já assumido, é a esplêndida visão de síntese que o Autor deixou em um dos seus mais recentes estudos, «A Escritura da História» (1986).

Para José Mattoso, a História — objecto de uma atitude contemplativa «ao ponto de a relacionar directamente com a linguagem poética e com o amor, não se opõe, de modo algum, à atitude racional e científica», não deixa ela contudo de ser uma ciência e de promover um modo especial de conhecimento: em qualquer caso, porém, «uma ciência e um rigor sustentados pela paixão de conhecer, quer dizer pela resposta à intensa sedução que a História exerce sobre o Homem», donde, quando ele utiliza a expressão «conhecer», pensa «não só na acepção actual da palavra, mas também no seu sentido bíblico que designa o acto do amor. Como dizia um autor cisterciense do século XII, 'amor ipse intellectus'. O amor é ele próprio uma forma de conhecimento»⁵.

Presente-se no Autor o intento superador do reducionismo de alguns dos seus anteriores esquemas epistémicos para, em seu lugar, vingar uma visão diferente, uma escrita outra de uma nova história, inserida em horizonte de liberdade e de criatividade espiritual, forjando ele aí as ferramentas para um trabalho original: «A História destina-se, justamente, a tentar demonstrar que existe uma ordem no mundo, e que uma das mais importantes chaves da sua descoberta é a repartição da existência em passado e presente e o estudo do passado em grandes planos, para encontrar as razões profundas dos movimentos colectivos»⁶. O reconhecimento de uma ordem supõe a representação humana dessa realidade, e inculca também a crença na coerência e unidade de criação do Universo: «A representação mental que conduz ao texto histórico resulta da apreensão da realidade como harmonia, e como harmonia dizível. Como se existisse um Verbo eterno, imanente na realidade, e que apenas espera ser reconhecido para se revelar através da nossa voz. Da comunhão com ele resultam todas as linguagens, tanto as poéticas como as científicas. (...) A referência a uma Palavra única, total, que traduz a unidade e a coerência de todo o Universo criado, e é ela própria como o suporte da sua realidade, não exclui, antes pelo contrário, a produção da variedade infinita de palavras para a dizerem, no tempo e no espaço. Aquelas que eu, como historiador, tento pronunciar, brotam de uma experiência de carácter poético, apesar dos processos analíticos a que tenho de recorrer para traduzir a minha percepção»⁷.

Para finalizar, em uma proposta que necessariamente apela para a Filosofia e Hermenêutica, atribui à palavra o poder de recriar o mundo — «a palavra humana tem essa força criadora porque não é senão a encarnação do Logos eterno no Tempo» —, fundante assim de uma relação constitutiva com a História, relação única e radical, sem contudo deixar de ser variável: «Não há História definitiva, pela simples razão de que a palavra pronunciada, por mais fundadora e fecunda que seja, está, ela própria, sujeita ao tempo, torna-se ela própria passado, objecto de outras experiências, o que quer dizer que tem de ser constantemente renovada, constantemente pronunciada para se manter viva. A sua relação com uma intuída Palavra eterna, exige a sua actualização constante para que o tempo não devore tudo»⁸.

Neste grande plano da libertação ou do livre acesso da História a domínios de conhecimento e de interpretação da Cultura ou do Espírito, as figuras dos dois medievalistas aqui referidas — Mário Martins e José Mattoso — aproximam-se singular e inesperadamente: ligam-nas o

mesmo carácter de originalidade, de franca e livre criatividade, de transgressão de estatutos e regras epistemológicas impostas a partir do exterior, para prevalecer, tão somente, o encontro pessoal e único com a História.

Uma das tarefas prioritárias com que o medievalista de hoje se depara, será a de satisfazer a esta interrogação radical: teria existido a Idade Média? Não passará ela de criação dos nossos sonhos, dos nossos fantasmas, das nossas nostalgias? Não será também o berço da Idade Moderna?

Conhecida a rejeição do conceito, desde a argumentação renascentista de ordem filológica e literária, até à depreciação iluminista e positivista de carácter filosófico e científico — que papel estará ainda reservado à identidade de uma Idade Média, à luz de uma visão crítica da historiografia actual? Questionamento que se alarga ainda mais: quando teria começado então a Meia Idade? Pelo menos, ela não poderá ter o sentido de *intermédia*, *secundária*, de uma cunha entre dois momentos paradigmáticos que seriam a Idade Antiga e a Idade Moderna.

Não será a Idade Média apenas uma expressão anterior da própria Idade Moderna? A esta luz, não ganha plena significação actual a obra paradigmática do famoso romancista Umberto Eco, «O Nome da Rosa», ou, ainda, o recente opúsculo *Documenti su il nuovo medioevo*, em que Eco também colabora?

Significa que os últimos estudos nos deram uma Idade Média nova, em revisão profundamente divergente das interpretações anteriores, e ainda, por outro lado, que a Idade Contemporânea tem estruturas medievais (sendo a primeira hipótese corroborada por Jacques Le Goff, em *Para um novo conceito de Idade Média*, entre outros especialistas do Medievo).

Esta reflexão teórica sobre o Universo medieval tem preocupado especialmente Joaquim Cerqueira Gonçalves (n. Gaifar, Ponte de Lima, 6.4.1930), mestre universitário de Filosofia que, recentemente, veio integrar o grémio da Academia (18.5.1989)⁹.

Cerqueira Gonçalves não é decerto um investigador da linhagem ou da escola metodológica dos dois académicos antes referidos: mais distante das pesquisas de arquivo, será sobretudo como pensador do Medievo, como filósofo e historiador da filosofia, que ele sobressai, na sua obra de medievalista.

Se a Cultura se estrutura e consubstancia na dinâmica plural das relações interdisciplinares, e o domínio medieval é exemplo privilegiado

do modo como no passado o homem pensava em termos de uma integração de saberes, não será menos relevante salientar, entre as diversas interpretações e pesquisas, aquela que se constitua em reflexão filosófica precípua sobre o saber e a Sabedoria na Idade Média. É esse o núcleo da reflexão teórica do académico e professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, Cerqueira Gonçalves, a qual vem sendo desenvolvida numa instância metafísica, no quadro de uma filosofia de raiz platónico-augustiniana e franciscana¹⁰. É pois nesse plano de radicalidade especulativa que poderemos captar o cerne do pensamento mais original do Autor, centrado sobre os grandes temas da Ontologia, de Deus, da Natureza, do Homem, da Sociedade, da Acção, da Ciência, da Literatura, da Palavra, em domínios onde se inscrevem os seus interesses pela Hermenêutica e pela Filosofia da Linguagem.

Como medievalista, poderá repartir-se a acção de Joaquim Cerqueira Gonçalves em dois grandes vectores: o da *docência* e o da *intervenção cultural*.

No quadro da *docência*, teve a Faculdade de Letras de Lisboa como referência institucional e permanente, onde Cerqueira Gonçalves lecciona, desde 1963, constituindo a Filosofia Medieval o seu campo preferencial.

Não obstante ser já a Filosofia Medieval, nesse momento, disciplina obrigatória do curso de Filosofia das universidades portuguesas, urgia guindá-la ao nível do prestígio das outras áreas da história da filosofia, tarefa árdua, devido a preconceitos ainda reinantes (embora já atenuados relativamente a uma época anterior dominada pela mentalidade positivista), que prescindiam facilmente da contribuição medieval para a história do pensamento.

Valerá a pena realçar alguns aspectos da acção do novo Académico para essa metamorfose, através das ideias de teor filosófico e cultural que se podem condensar nos seguintes tópicos: enraizamento da Filosofia no solo da cultura, concebendo esta como expressão de vida; alargamento da noção de razão que, por isso mesmo, não terá de colidir com os factores religiosos; acentuação da historicidade da mesma razão, tornando inviável quer a redução dela à intemporalidade do passado (o arquétipo do momento antigo), quer ao actualismo moderno; acentuação das raízes medievais da ciência moderna.

Quanto à *intervenção cultural*, processou-se esta sobretudo na expressão escrita, umas vezes em publicações que traduzem a investigação nessa área e em articulação com a docência — como em seus dois livros capitais, *Homem e Mundo em São Boaventura e Humanismo*

Medieval —, outras vezes em comunicações dirigidas a um público mais alargado, em congressos, conferências, ou em actuação junto de escolas, etc.¹¹.

Intervenção no meio cultural português que terá de se entender, antes de mais, como expressão que se comunica, em círculos progressivamente ampliados, de um pensamento filosófico caracterizado pela atenção e relevo conferidos à linhagem agostiniana da actividade especulativa medieval, nota bem compreensível se se atender à sua formação franciscana.

Deste modo, procurou Cerqueira Gonçalves inverter uma generalizada tendência, no plano histórico-filosófico, de redução da Idade Média ao Tomismo.

Outra nota caracterizadora do seu pensamento e actuação, será a da denúncia de uma incorrecta interpretação da cultura ocidental, fora das suas coordenadas medievais. Estas poderiam compensar sobretudo algumas tendências maniqueístas da cultura ocidental, de que tanto a filosofia, como a ciência e a escola, muito se ressentem. Um dos seus mais recentes livros *A Escola em Debate. Educar ou Profissionalizar?* representa, a esta luz, o coroamento de uma longa e aprofundada meditação sobre os valores humanos, que uma visão medieval inspira e estimula¹². É ainda decorrente da mesma concepção filosófica, a atenção prestada aos monumentos da cultura medieval portuguesa, ou às obras de autores nacionais de período posterior, cujas raízes de inspiração se alimentam do solo medieval, como o influxo de Duns Escoto em Frei Gomes de Lisboa, de Santo Agostinho em Gil Vicente, ou ainda, numa perspectiva mais ampla de análise, o exame da obra de um filósofo contemporâneo que teve por horizonte uma mundividência cristã, como Leonardo Coimbra¹³.

Tendo acedido à Academia (em 11.4.1985), oriundo do mesmo sector universitário do autor antecedente — o departamento de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa —, importaria neste elenco incluir um mestre do anterior académico, o professor Artur Beleza Moreira de Sá (n. Porto, 23.4.1913), que, por triste e singular circunstância, veio a falecer no preciso dia — 13 de Novembro de 1989 —, em que este colóquio iniciava suas actividades. Muito embora a presente notícia se cinja à menção de académicos medievalistas à data ainda vivos, será este um caso de justificada excepção ao critério, dedicando um espaço, ainda que breve, à memória deste fecundo Investigador.

Desde que em 1945 ficou profissionalmente ligado à Faculdade de Letras de Lisboa, Moreira de Sá não mais deixou de aí exercer profíqua e esclarecida actuação no ensino e na pesquisa, tendo por objectivo principal o estudo e a valorização das obras do pensamento filosófico do nosso País. A medievalidade surge aqui como área de cultivo por decorrência desse seu precípua e constante empenhamento pela Cultura intelectual portuguesa.

As iniciativas que Moreira de Sá tomou no âmbito do Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, anexo à Faculdade de Letras de Lisboa, dando a conhecer dezenas de obras verdadeiramente significativas e antes inacessíveis aos estudiosos da Filosofia e da Cultura portuguesas (lembremos apenas os textos editados, trinta e três volumes de obras raras, e os valiosos estudos que os antecedem, sobre Francisco Sanches, Diogo Lopes Rebelo, João de Barros, Frei Álvaro Pais, André de Resende, Pedro Hispano, os Conimbricenses, Frei Serafim de Freitas, Frei Manuel do Cenáculo), marcam na vida cultural do nosso País uma fase de importância histórica indelével.

Muitos aspectos da cultura intelectual portuguesa são hoje conhecidos graças à diuturna e incansável actividade de Moreira de Sá, quer revelando figuras de pensadores, filósofos e teólogos de que antes mal se alcançara notícia (recordem-se os seus trabalhos capitais — num conjunto superior a uma centena de títulos publicados — sobre Francisco Sanches e, mais recentemente, sobre Álvaro Gomes, cuja obra inteiramente ignorada a Imprensa Nacional veio a editar) — quer ainda aprofundando áreas insuficientemente exploradas, como as do Erasmismo, onde ultimamente oferecera contribuições verdadeiramente renovadoras para o estudo da questão: *De Re Erasmiana. Aspectos do Erasmismo na Cultura Portuguesa do séc. XVI* (Braga, ed. Faculdade de Filosofia, 1977); *Contribuição para o estudo de Erasmo em Portugal. Edições quinhenistas erasmianas da Biblioteca Nacional de Lisboa* (Paris, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1977); *Três Estudos sobre Erasmo* (Lisboa, ed. Secretaria de Estado da Cultura, 1979).

Entre as suas investigações, muitas delas respeitam ao período medieval e traduzem avanços científicos decisivos para o respectivo estado da questão: para comprovação do asserto, recorde-se somente o temário dos seguintes estudos (de que a relação bibliográfica adiante inserida dará notícia pormenorizada): *O Infante D. Pedro e a Crítica Histórica; Contribuição portuguesa para o conhecimento científico — séculos XIII a XV; Um português de Quatrocentos, partidário do Absolutismo Real; A Carta de Bruges do Infante D. Pedro; Pedro Hispano, Prior da Igreja de Santa Maria de Guimarães e Arcebispo da Sé de Braga; Pedro Hispano e a crise de 1277 da Universidade de Paris; Um grande filósofo europeu, Arcebispo eleito da Sé de Braga, que ocupou a cadeira de São Pedro; O Infante D. Henrique e a Universidade; Dúvidas e problemas sobre a Universidade medieval portuguesa; Primórdios da Cultura portuguesa; O Porto e a Cultura nacional nos séculos XII e XIII; A fundação da Universidade, em Lisboa, em 1288 e o seu papel no desenvolvimento da cultura portuguesa até meados do século XV; As origens da Universidade portuguesa e a sua evolução até 1537.*

Mas será porventura a gigantesca investigação histórica sobre a Universidade portuguesa — desde as origens até ao séc. XVI — aquela que, entre as restantes actividades de Moreira de Sá, mais justifica o lugar de relevo que na Cultura nacional lhe cabe.

Na verdade, foi graças à actividade incansável, ao longo de cerca de 40 anos de continuadas pesquisas deste historiador, que os portugueses do nosso tempo puderam dispor do *corpus* documental da sua Universidade: o *Chartularium Universitatis Portugalensis*, já com 9 grandes volumes editados, e ainda em curso de publicação, e o *Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis*, com 3 volumes. Com o aparecimento destas obras, Portugal terminou com a situação pouco invejável de uma exclusividade: a de ser o único país europeu que não se preocupava em conhecer, nem em editar, as fontes coevas da sua instituição universitária.

A vasta obra, de indiscutível relevo científico e projecção cultural legada pelo Professor Moreira de Sá, no domínio da história do Pensamento Português, torna credor o seu Autor, não só de justificado reconhecimento por parte de quantos se interessam e empenham pelo cultivo da história da Filosofia em Portugal, mas também, em geral, à luz do desenvolvimento da pesquisa nacional no século XX, pela comunidade científica do seu País.

Em razão da afinidade de domínios, dada a sua conexão com a história da Filosofia e das Ideias, importaria seguidamente aludir, ainda que sucintamente, a uma obra de interesse para a historiografia da cultura medieval: *A Concepção do Poder em Fernão Lopes* (cuja saída dos prelos, em Lisboa, data de 1983), da autoria de um investigador empenhado na História da Cultura e da Literatura comparada, professor de Estudos Portugueses e Brasileiros na Universidade de Londres, King's College, e Académico associado (desde 27.4.1978), Luís de Sousa Rebelo.

Não se tratando de uma obra extensa, oferece ela todavia um contributo original de sólida erudição, com propostas a alguns títulos inovadoras, que merece ser relevado: a problemática do *discurso histórico* de Fernão Lopes — discurso que é também o da legitimidade e o da utopia — considerado no contexto cultural onde a mentalidade da época se integra. Partindo de tópicos metodológicos em voga, pretende captar o plano da estrutura narrativa e decifrar os códigos da alegoria política do chamado «Evangelho Português». A abordagem ao texto é realizada com acribia, a partir de vertentes pouco usuais, ou mesmo inexploradas: o carisma do chefe; a autoridade messiânica e seus efeitos na mentalidade colectiva; o papel dos Franciscanos, inspirados pelas correntes joaquimitas e pelo igualitarismo de Santo Ambrósio.

Da autoria deste Académico são de sublinhar dois anteriores volumes de ensaios, onde já domina a preocupação pela exegese rigorosa de textos e por problemas decorrentes da recepção histórico-doutrinal: *Camões e o pensamento filosófico do seu tempo* (1979) e *Tradição clássica na Literatura Portuguesa* (1982). É assim compreensível, em continuidade da mesma preocupação metodológica, que constitua fundamental pedra de toque no livro agora em apreço, ao examinar a concepção do poder na obra do cronista de D. João I, o cuidado dispensado ao exame das fontes doutrinárias, nomeadamente dos textos medievais de teor filológico-político, com relevo para o *De Regimine Principum* de Egidio Romano: «todos estes aspectos que, pela primeira vez, são detectados no discurso histórico de Fernão Lopes» — afirma o Autor na citada obra, pág. 21 — «foram cuidadosamente indagados e identificados nos seus respectivos contextos ideológicos, ao nível da cultura e da mentalidade do tempo, o que nos permite confiar na sua validade e nos resultados da nossa inquirição».

A noção unitária e unificante de Sabedoria, tal como a concebia o homem medieval, obriga hoje o historiógrafo empenhado em desvendar esse passado a procurar também uma visão integradora de amplas áreas de conhecimento, de modo a captar o significado das criações humanas de cultura em termos de globalidade.

Nessa perspectiva, não será alheio ao teor da presente memória o labor académico que tenha em vista um campo específico de pesquisa histórica, aparentemente distanciado de preocupações teórico-culturais, ainda quando circunscrito ao período medieval — situe-se aquele no âmbito filológico, literário, jurídico ou institucional. Assim sendo, a obra científica, de dominante feição filológica e literário-histórica, do

professor universitário Luís Lindley Cintra (n. Lisboa, 5.3.1925) e Académico efectivo (desde 1964) merece, a esta luz, a nossa melhor atenção.

O doutor Lindley Cintra, que desde 1951 exerce a docência na Faculdade de Letras de Lisboa, tem cumulativamente desenvolvido uma intensa e notável actividade de pesquisa: a sua colaboração no *Atlas Linguístico da Península Ibérica* (1.º volume, em 1962), no *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira* (de direcção do falecido Académico, prof. Jacinto Prado Coelho, cuja 1.ª edição data de 1961), na *Enciclopédia Linguística Hispânica* (o primeiro volume aparecido em Madrid, em 1960), as suas iniciativas como director do *Boletim de Filologia* e do *Centro de Estudos Filológicos* (actualmente integrado no Instituto Nacional de Investigação Científica), os contributos para a organização de um *Glossário Medieval*, com início em 1954 (coligindo em verbetes, termos medievais, com dados etimológicos, abonações de fontes, significado actual, etc.) — de permeio com outros importantes trabalhos de investigação textual no âmbito do Medievalismo —, lembremos apenas *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo [...] Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*. I. *Introdução*, II. *Texto*, III. *Estudo fonético e morfológico*, Lisboa, 1959 — dão-lhe jus a uma incontestável posição de primeira plana no domínio da Filologia histórica portuguesa.

Mas será sobretudo a sua qualidade de sábio editor e intérprete da mais antiga compilação histórica em língua portuguesa — a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ms. 1-azul da Academia das Ciências de Lisboa, a feição que plenamente justifica a sua inclusão no grupo dos académicos historiadores da cultura medieval¹⁴. A *Introdução* (vol. I: 1951) surge-nos ainda hoje como um instrumento de trabalho insubstituível: a biografia, por exemplo, que traça do Conde de Barcelos D. Pedro, filho bastardo do rei D. Dinis, ou a rigorosa análise sobre a historiografia portuguesa anterior a Fernão Lopes, são estudos que todo o medievalista deverá ter presente.

Importaria ainda estender este elenco a nomes de outros Académicos — que, na mais estrita acepção do termo, talvez para si próprios rejeitassem a qualificação de *medievalistas* — os quais, contudo, não podem deixar de ser aqui considerados, no preciso e rigoroso contexto da Cultura medieval, dado o contributo que suas investigações vieram oferecer para o avanço científico neste domínio.

Com efeito, académicos que ocupam posição cimeira na cultura nacional, quer nos estudos da Antiguidade clássica e humanística, como

Maria Helena da Rocha Periera, quer na ciência jurídica como Mário Júlio de Almeida Costa, Martim de Albuquerque ou Pedro Soares Martínez, quer na interpretação da História de Portugal como Joaquim Veríssimo Serrão e Jorge Borges de Macedo — entre outros mais —, não poderão ser omitidos em uma apreciação objectiva dos estudos de historiografia da cultura medieval.

Por compreensível necessidade de contenção do texto, terá de ser sucinta a referência, e não pelo espaço devido de pleno direito ao mérito específico dessas colaborações.

Sob três distintos aspectos consideraríamos a intervenção científica da Professora Maria Helena da Rocha Pereira (eleita em 27.11.1975 para a Academia) no domínio da história da Cultura medieval: primeiramente, a relevantíssima contribuição para o estudo, estabelecimento de texto e tradução da obra médica de Pedro Hispano¹⁵; em segundo lugar, a exegese, a tradução e anotação crítica de dois textos fundamentais respeitantes a figuras da nossa Cultura medieval, as de *Vida e Milagres de São Rosendo e Vida de São Teotónio*¹⁶; por último, a pesquisa, em termos precursores entre nós, quanto aos «Helenismos no 'Livro da Virtuosa Benfeitoria'», podendo aí a ilustre Autora chegar à conclusão — do maior significado, à luz da História das Ideias — «que uma parte do vocabulário ético e político entrou na nossa língua através desta obra» (na edição cit., em nota: p. 314)¹⁷.

A presença dos historiadores das Instituições do Direito português não será decerto a menos relevante na galeria dos medievalistas da Academia: o Doutor Mário Júlio de Almeida Costa, consagrado jurista e professor catedrático de Direito da Universidade de Coimbra, Académico (desde 29.5.1980), recebeu de seu insigne mestre Paulo Merêa, de quem foi dilecto discípulo e digno sucessor, uma valiosa herança e uma apurada directriz metodológica que logo aplicou aos seus estudos sobre o Medieval.

Com efeito, em uma linha de pesquisas onde a criteriosa erudição se alia ao modo arguto de questionar os textos, Almeida Costa percorre, por direcções próprias, um itinerário com certa analogia ao da *nova história*, visando descortinar insuspeitadas faces da realidade social e económica da sociedade medieval, através de análise aprofundada do exercício concreto da relação jurídica: a *Origem da enfiteuse* (...); as *Raízes do censo consignativo — Para a história do crédito medieval português* (onde fica bem evidente o papel do censo como uma forma incipiente do crédito rural — compra e venda de rendas —, recurso potencial

de tão largo alcance, numa economia agrícola com terras ainda por desbravar; em *Temas de história do direito; Romanismo e Bartolismo no Direito português; A presença de Acúrcio na história do Direito português; Para a história da cultura jurídica medieval em Portugal*, onde, por exemplo, tantas e tão fecundas sugestões sobre a existência e circulação de livros de direito se cruzam e interpenetram com as dimanadas de outras áreas culturais¹⁸. A intervenção de Almeida Costa, como sábio editor dessa fonte de primordial importância para o estudo da sociedade do tempo — as *Ordenações Afonsinas* — impressas pela Fundação Calouste Gulbenkian em 1984, sugere, pela semelhança de situações, uma aproximação com outro eminente jurista e mestre universitário, historiador do Direito Português na Universidade de Lisboa, o Prof. Martim de Albuquerque, Académico (desde 23.7.1981) que, nos mesmos prelos, veio a editar sob sua responsabilidade científica o texto, publicado *pela primeira vez* (1988), das *Ordenações Del-Rei D. Duarte*. Seria ocioso reproduzir aqui as razões aduzidas no denso estudo introdutório do Professor Martim de Albuquerque, para evidenciar o relevo da iniciativa e o alcance da edição como fonte de valor primordial para o estudo da cultura medieval portuguesa.

Bastaria aqui recordar — atendendo ao escopo da nossa notícia — o vínculo especial que liga este empreendimento científico à Academia, que o sábio editor refere: «existem hoje três exemplares manuscritos das *Ordenações de D. Duarte*, um dos quais do século XV — o que foi pertença de Mateus Pereira de Sá, de José Seabra da Silva e do segundo Conde de Farrobo; um outro do século XVIII, cópia do anterior e que foi feita por Silva Aranha; finalmente, um terceiro, cópia deste último, realizado pelo oficial da Academia António Joaquim Moreira — aquele de que se serviu Herculano. O primeiro integra o património da Biblioteca Nacional de Lisboa: os demais o da Academia das Ciências»¹⁹. Vínculo este, a que o Professor Martim de Albuquerque não foi insensível, destinando a leitura do estudo que preparou com vista ao «Prefácio», para comunicação que apresentou, em primeira mão, à Academia das Ciências de Lisboa, em 25 de Fevereiro de 1988, «numa homenagem à Instituição que até hoje mais se preocupou com a divulgação e conhecimento das *Ordenações de Dom Duarte*»²⁰.

Incidindo as preocupações de espírito e os interesses de pesquisa de Martim de Albuquerque em âmbito cronológico muito vasto, com particular relevo para a época quinhentista — qual o estudioso que poderá dispensar as investigações essenciais do Autor, *O poder político*

no Renascimento Português (1966), *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa* (1974), *Jean Bodin na Península Ibérica* (1978), *Estudos de Cultura Portuguesa*, I (1983)? — são ainda os trabalhos monográficos que abrangem, na génese e desenvolvimento de temas de História das Ideias e das Instituições, o período medieval português, aqueles que, entre a sua rica produção bibliográfica, ora mais importaria salientar: *Portugal e a 'Jurisdictio Imperii'*; *As Regências na História do Direito Público e das Ideias Políticas em Portugal*; *A Consciência Nacional Portuguesa*; *O Regimento Quatrocentista da Casa da Suplicação*; *O Escotismo Político de Camões*²¹.

A averiguação rigorosamente erudita — onde se adivinha uma exigência metodológica oriunda da disciplina jurídica, de análise da situação concreta, a par de uma exegese dos textos reveladores do sistema normativo, servida por uma apurada analítica de conceitos — aliando-se, no caso vertente, a uma percepção certa dos núcleos essenciais de pesquisa que importa desenvolver — ou seja, a captação dos aspectos importantes, decisivos, a ter em conta nesse trabalho — viria a alcançar, no domínio da historiografia do Medievo, resultados de indelével valor e alcance para o avanço desta área de conhecimento.

Aliança de uma formação metódica da disciplina do Direito com o acentuado pendor intelectual pela História, eis a que, tal como em Martim de Albuquerque, ainda se havia de revelar em outro consagrado jurista, mestre da Faculdade de Direito de Lisboa (exercendo a docência desde 1950), o Prof. Catedrático Pedro Soares Martínez (n. em Lisboa, 1925): salientaríamos, entre a vasta bibliografia deste Académico (efectivo desde 1980), a sua muito notável *História Diplomática de Portugal*.

Os tratados e acordos firmados entre os povos, a actuação e personalidade dos agentes que asseguraram essas relações, a política de casamentos régios, entre tantos outros aspectos da história diplomática, podem, à luz de algumas correntes historiográficas em voga, impacientes de novidade, merecer uma reacção despiciente e suspicaz, concedendo a esse estudo menor crédito científico: todavia, a interpretação do universo dos homens — nomeadamente na Idade Média — não alcança a sua inteligibilidade, sem o exame detido, no plano concreto de execução, desses acordos de importância primordial para a vida dos povos, traduzindo — em uma análise atenta das situações, do papel dos negociadores, da trama diplomática, dos planos de governo, etc. — formas específicas de mentalidade, de motivações colectivas, de jogo articulado de interesses, de concepções filosófico-políticas, de correntes de ideias, de dinâ-

micas institucionais, de imagem dos povos: elementos constitutivos dessa rede inesgotável de relações que compõem a realidade histórica. A obra de Pedro Soares Martínez oferece, a esta luz, nomeadamente no primeiro capítulo «Portugal nos limites europeus (1143-1415)», uma síntese aprofundada do período medieval português, objectivamente baseada sobre textos e documentação dos arquivos diplomáticos, do maior interesse para o historiador²².

A afinidade do tema conduz-nos a outro Académico (desde 1989), figura de merecido relevo no campo da Cultura nacional, historiador de profissão e professor universitário (desde 1957), Jorge Borges de Macedo (n. Lisboa, 3.3.1921), autor de uma outra *História Diplomática Portuguesa*, de evidente interesse para o estudo das actuais concepções historiográficas sobre o período medieval. «Esta história da diplomacia portuguesa — adverte o seu Autor — é feita dentro de uma perspectiva geopolítica. Tem o objectivo de analisar, sob esse ponto de vista, a sequência de situações em que Portugal tem estado inserido e referir as soluções que, em face delas, os responsáveis — usando os recursos de que dispunham — foram capazes de estabelecer e impor. (...) A história diplomática portuguesa, nesta perspectiva geopolítica, pode, também, servir de indicador para uma história comparada, quanto às condições e formas de sobrevivência dos pequenos Estados. (...) Com efeito, a independência tem várias dimensões que dizem respeito à cultura; à administração do sistema político, à estratégia económica, entre outras (...). Tudo se insere num conjunto espiritual e humano cuja coesão, no mundo ocidental, se estabelece nas formas comuns do universos nacional»²³.

Tal o ponto de partida, que permite ao Autor abordar o período medieval português, nos três primeiros capítulos, desde a primeira conjuntura em que a comunidade, no século XII, se constituiu em estado, até à experiência de Alcácer-Quibir — dentro de uma metodologia própria e em termos de procura das constantes e linhas de força específicas. Essa interpretação envolve, como é óbvio, uma epistemologia, e supõe uma área de decisão onde a vontade política nacional se afirme, na escolha das propostas que a comunidade tem sido capaz de criar. Insere-se aqui, subjacente, uma original e renovadora concepção de História, que pode esclarecer o âmago do pensamento do Autor, ilustrada no estudo em que examinou *O desenvolvimento da revolução nacional em 1383-1385*: «A história não existe para confirmar o presente mas para compreender o passado, na forma como este ocorreu, nas forças que, em cada situação, se mobilizaram e nos objectivos que aos homens

interessava atingir. A mobilidade social e política não é, necessariamente, uma luta de contrários. Pode ser também — e muitas vezes tem sido — a criação de solidariedades nacionais, produto de esforços convergentes; pode ser ainda o debate solidário para o esclarecimento das dificuldades públicas, a procura da unidade para uma grande obra colectiva, a polarização da diversidade em torno de um grande objectivo»²⁴. Borges de Macedo desenvolve nesse estudo as interpretações historiográficas que têm por objectivo a crise de 1383-1385, examinando os modelos epistemológicos e as distintas teses filosóficas que foram utilizadas no debate, para depois concluir: «... precisamos de ultrapassar o bloqueio da polémica assim estabelecida, a fim de podermos ir ao encontro da sua problemática própria. Importa ir ao encontro da racionalidade específica (que só a formulação científica pode encontrar) e do consequente aproveitamento que dela se tira para uma história comparada das nações europeias e dos estados da Península Ibérica no século XIV»²⁵.

A vasta bibliografia dos estudos do Autor, ainda que incidindo sobretudo em aspectos sociais, políticos e económicos da História Moderna e Contemporânea²⁶, fundamenta-se em uma concepção de sociedade, de nação e de cultura, cujas categorias, em diversos dos seus escritos, são especificamente aplicáveis à génese da Cultura portuguesa na Idade Média: «... a cultura portuguesa foi concebida, elaborada e desenvolvida para uso, defesa, conforto e realização superior, plástica e literária, religiosa e conceptual, da população do Estado, formado no século XII no extremo ocidente da Península, o que não significa recusa de antecedentes mais remotos. A sua participação, incontestável, em valores universais é o segundo ponto a analisar mas não a define. (...) No que se refere aos seus recursos, a cultura portuguesa, amadurecida de um modo muito *sui generis*, pode considerar-se como resultante de uma reelaboração e reaproveitamento inteligente, em novas condições locais, de recursos, quase sempre, provenientes ou originários de outras áreas e aqui recriados ou explorados de uma forma altamente expressiva»²⁷.

A referência a este Académico — que tão poderoso estímulo vem oferecendo, num círculo progressivamente alargado de discípulos, para a criação de uma *escola* de pesquisa e de reflexão históricas em Portugal — leva a evocar, por razões de semelhança, outra figura cimeira da Cultura portuguesa — em razão do reconhecido relevo científico e projecção pública de sua actuação, como historiador de profissão e mestre universitário (desde 1961), o Professor Catedrático da Faculdade de Letras de

Lisboa Joaquim Veríssimo Serrão (n. Santarém, 8.7.1925), Presidente da Academia Portuguesa da História e, desta Academia das Ciências, sócio efectivo desde 1976.

Tal como ocorre no caso de Borges de Macedo, Veríssimo Serrão, em seus principais estudos monográficos, propende para o cultivo de períodos históricos mais recentes, posteriores à Idade Média. Mas a sua rara acribia e vigorosa compleição intelectual, levaram o Autor a abalançar-se a um projecto de incomum envergadura, uma *História de Portugal* — em curso de publicação, com onze grandes tomos (fins de 1989) já editados: o seu primeiro volume «Estado, Pátria e Nação (1080-1414)», cuja 1.ª edição surge em 1977, é totalmente consagrado ao período medieval português. O plano amplamente abrangente desta obra integra os múltiplos aspectos da realidade histórica — desde os políticos, institucionais, administrativos, militares, sociais, de organização económica e financeira, de religião, de assistência, de cultura — em uma visão coerentemente estruturada. A informação sobre os acontecimentos, baseada a cada passo em fontes documentais, a riquíssima e actualizada bibliografia criteriosamente seleccionada, tornam esta obra de referência e de interpretação, verdadeiramente indispensável, de valor ímpar para o estudioso da Idade Média portuguesa.

Em outra obra ainda, Veríssimo Serrão oferece um instrumento de consulta insubstituível, em ordem ao estudo do período medieval: o 1.º volume de *A historiografia portuguesa*, abarcando a extensa série de cronistas, hagiógrafos, memorialistas, viajantes, eruditos, desde o século XII até ao século XVI.

Dado aí se traçarem as grandes linhas de força da Cultura e da historiografia portuguesas durante a Idade Média, o estudo de Veríssimo Serrão constitui uma das peças bibliográficas de leitura obrigatória para todo o medievalista, com vista a uma concepção global da história cultural dessa época, ainda quando aquela conduza, em encontro estimulante com o leitor-investigador — como ocorre em toda a obra de mérito científico —, a aditamento de informes textuais, a estímulo para novas reflexões interpretativas. Mas o interesse de Veríssimo Serrão pelo Medievalismo não se limita a estes dois preciosos instrumentos de referência: acresce ainda uma nutrida bibliografia, que inserimos no final, a atestar a amplitude e fecundidade de suas pesquisas, no tocante à Meia Idade.

Não seria possível aqui, sob pena de dilatar desmesuradamente esta notícia, relatar com minúcia, em toda a sua valia e extensão, o soma-

tório de contributos que outros eminentes Académicos carregaram para o avanço no conhecimento científico do Medievalismo. Sem intentar a menção exaustiva — ainda quando incorrendo no risco de involuntária omissão —, lembremos as valiosas colaborações: de Joaquim Alberto Iria, em comunicações académicas e nas preciosas fontes medievais que coligiu e editou; de Carlos Gomes Bessa, especialista da História Militar, nas suas valiosas pesquisas sobre a revolução de 1383-1385; ou, de Fernando José Castelo Branco Chaves, nesse mesmo contexto da Crise no reinado de D. João I, a análise da população urbana em Lisboa; ou, de José Hermano Saraiva, o exame da conjuntura político-institucional e a dinâmica popular, em vários escritos de sua autoria e na *História de Portugal* que vem orientando; ainda, de Justino Mendes de Almeida, a interpretação histórico-cultural e a decifração de importantes monumentos epigráficos do Medievo. Sem dúvida, a monografia que importa um dia fazer, examinando exaustivamente o tomo da produção historiográfica de autoria dos Académicos — apresentada dentro ou fora dos quadros da Instituição —, permitirá oferecer uma perspectiva mais rigorosa e representativa da projecção científica, da verídica dimensão cultural e histórica desta Academia, no contexto nacional.

Por último, depara-se-nos uma situação deveras incómoda e difícil, com o dever de menção (sob pena de uma omissão poder ser ambigualmente interpretada) da parcela do nosso próprio labor no estudo da cultura medieval portuguesa. Tudo ponderado, decidimos reduzir aquela a uma sucinta relação bibliográfica, desprovida de qualquer outra apreciação. Integrando nós o colégio académico desde 1979, por singular coincidência, a primeira comunicação que aí apresentámos (4.2.1982) veio a incidir sobre «A vida e a obra de Santo António à luz de recentes investigações», cujo teor corresponde ao âmago de nossas mais vivas e instantes preocupações de pesquisa e de reflexão. Em desenvolvimento daquele tema, publicámos entretanto vários estudos, prosseguindo a pesquisa (final de 1989), com vista a ampliação de nossas investigações. Nesses textos poderá o leitor, porventura, surpreender as principais linhas da problemática e da metodologia do nosso trabalho. Importa concluir.

Em termos de imagem externa da Academia e do seu consequente reflexo na opinião pública, parece não terem sido ainda devidamente considerados, com a necessária objectividade informativa, o tomo efectivo, o valor histórico, a projecção cultural do acervo patrimonial, que a Instituição guarda.

No decorrer do nosso texto, cingindo-nos apenas à cultura medieval, aludimos já a dois códices da maior relevância para a Cultura portuguesa, a *Crónica Geral de Espanha, de 1344* e as *Ordenações Del-Rei Dom Duarte*: mas — quantos outros, a par, mereceriam ser citados!, e justificariam, numa hierarquia de prioridades, o decidido apoio, a dotação dos indispensáveis meios, por parte da Administração e da política cultural dos poderes públicos, com vista a promover a rápida inventariação, a eficaz preservação, a criteriosa divulgação dos preciosos fundos (pela edição de catálogos e inventários bibliográficos e documentais) que se conservam na Instituição! A ilimitada dedicação e a superior competência do Académico-Bibliotecário (1989) Professor José V. de Pina Martins, tem conseguido assinaláveis resultados na valorização do património bibliográfico: mas são bem notórias as carências que a Instituição, por si própria, é incapaz de suprir.

Tem sido, também, pela opinião comum, injustamente depreciado o espólio científico da Academia no seu passado, designadamente o tomo da efectiva intervenção dos Académicos no campo da historiografia oitocentista e da primeira metade deste século, tendendo-se a valorizar Herculano, enquanto caso isolado, sem considerar seus antecedentes, como meridianamente observou o historiador J. Borges de Macedo: «É certo que Alexandre Herculano tomou a iniciativa da publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica*, mas dar-lhe a exclusiva responsabilidade daquela obra monumental é ignorar o cuidado com que foi subsidiada pelo Estado, a competência dos colaboradores, verdadeira equipa, de grande valor, no campo da heurística e da hermenêutica. É afinal atenuar excessivamente o papel da Academia das Ciências de Lisboa supor que o grande historiador actuou num terreno desconhecido dos contemporâneos. A obra foi, na verdade, acolhida com entusiasmo e a Academia procurou e recebeu todos os meios para a pôr em prática, ocupando a sua execução dezenas de anos. Assim como não foi o único empreendimento científico que realizou»²⁸.

O mesmo desconhecimento e a mesma incompreensão atingem a actual geração dos historiadores e de outros investigadores ligados à Academia das Ciências de Lisboa. A presente notícia, reconhecidamente sucinta, fragmentária e insuficiente, pretendeu contudo evidenciar — no preciso âmbito de inquirição deste Colóquio — o tomo e qualidade de pesquisa produzida, a pertinência metodológica, o pluralismo e a originalidade de concepções dos seus autores — no balanço que, mesmo

a título provisório, terá de ser positivamente considerado — da contribuição dos Académicos para o avanço da historiografia cultural da nossa Idade Média.

Notas

¹ Referem-se, em «Apêndice» os estudos mais significativos do A., numa perspectiva selectiva do seu interesse para a história da espiritualidade e, em particular, para a filosofia medieval em Portugal.

² José Mattoso, *O essencial sobre a cultura medieval portuguesa* (séculos XI a XIV), Lisboa, 1985, pp. 3-4. Sublinhado nosso.

³ José Mattoso, «Perspectivas actuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa (1128-1383)», in *Anuario de Estudios Medievales*, Barcelona, 1983, p. 642.

⁴ Id., *ibid.*

⁵ José Mattoso, *A Escrita da História*, Lisboa, 1986, p. 12.

⁶ José Mattoso, *A Escrita da História*, p. 15.

⁷ José Mattoso, *A Escrita da História*, p. 17.

⁸ José Mattoso, *A Escrita da História*, pp. 22-23.

⁹ Uma das mais recentes e amplas meditações filosóficas do académico Joaquim Cerqueira Gonçalves, sobre este tema, encontra-se em: «A vida e a morte dos Sinais. Uma leitura de *O Nome da Rosa* de Umberto Eco», in *Ao Encontro da Palavra. Homenagem a Manuel Antunes* (Lisboa, 1985), pp. 335-358.

¹⁰ Cf. J. Cerqueira Gonçalves, «A Idade Média Filosófica», *Brotéria*, 94 (1972), pp. 147-156; «La métaphisique: la grande interpellation pour l'homme contemporain», in *Metafísica e Scienze dell'uomo. Atti del VII Congresso Internazionale* (Bergamo, 1980), pp. 644-648; «Filosofia e instituição do saber», in *Filosofia face à Cultura tecnológica* (Lisboa, 1988), pp. 24-29.

¹¹ Cf. *Homem e Mundo em São Boaventura* (Braga, 1970); *Humanismo Medieval*. I: *A Natureza do Indivíduo em João Duns Escoto*; II: *Franciscanismo e Cultura* (Braga, 1971).

¹² J. Cerqueira Gonçalves, *A Escola em Debate — Educar ou Profissionalizar?* (Braga, 1989). Veja-se ainda, para uma compreensão alargada do horizonte especulativo em que o autor se situa: «Conceito cristão de Progresso», *Pax et Bonum*, 2.ª série, 1 (1953), pp. 17-26, 87-93; «Os Homens e o Homem. Problemas e pseudo-problemas da Evolução», *Itinerarium*, 25 (1959), pp. 288-301; *Trabalho e Teologia* (Braga, 1962), tradução portuguesa e introdução (pp. 1-20) da obra de M. D. Chenu, *Pour une théologie du travail* (Paris, 1955); «A Sociedade. Reflexão sobre os seus Fundamentos», *Itinerarium*, 91 (1976), pp. 58-65; «Para uma Metafísica do Desenvolvimento», *Actas da III Semana Internacional de Filosofia*, 17-23 de Junho de 1976,

S. Salvador, Brasil; «Aristóteles e a Metafísica», *Biblos*, 73 (1977), pp. 126-129; «Regressemos à Literatura (Palavras, Ideias, Coisas)», in *Afecto às Letras. Homenagem da Literatura Contemporânea a Jacinto do Prado Coelho* (Lisboa, 1984), pp. 302-309; «Educar o Homem no Mundo», *Laikos*, 3 (1986), pp. 295-300; «Falar e Escrever - O Regresso à Língua Materna», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 5.ª série, 8 (1987), pp. 65-71; «A Universidade e o Saber», *Revista da Universidade de Lisboa*, 2 (1987), pp. 40-41; «Os Mitos do Mito», *Paideia - Educação*, 19 (1987), p. 1.

¹³ «Introdução» (pp. 5-27) a: Frei Gomes de Lisboa, *Questão muito útil sobre o objecto de qualquer Ciência e principalmente da Filosofia natural* (Lisboa, 1964); «A Dialéctica do Optimismo e do Pessimismo na obra de Gil Vicente», *Itinerarium*, 51 (1966), pp. 66-78; «Gil Vicente e a Temporalidade», *Euphrosyne* (1980), pp. 141-153; «Leonardo Coimbra (1898-1983). Pensamento e Sociedade», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, extra-série (1983), pp. 119-135; «Leonardo Coimbra. A Filosofia Criacionista», in *Leonardo Coimbra, Filósofo do Real e do Ideal* (Lisboa, 1985), pp. 127-144.

¹⁴ *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra. Vol. I, Introdução. Lisboa, 1951; vol. II (até à morte de Fruela II), Lisboa, 1954; vol. III (Afonso IV - Afonso VI), Lisboa, 1961. A edição integral do ms. não foi entretanto concluída. Ainda na vertente da historiografia da cultura medieval, cf., do Autor: *Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)* (Lisboa, 1957).

¹⁵ Maria Helena da Rocha Pereira, «Considerações à margem do texto do 'Thesaurus Pauperum'», *Revista Portuguesa de Filosofia*, 8 (1952), pp. 315-325; *Thesaurus pauperum atribuído a Pedro Hispano*: texto latino, com tradução e notas por Luís de Pina e Maria Helena da Rocha Pereira (Porto, 1954-1955); «Livro sobre a conservação da saúde» (atribuído a Pedro Hispano), *Studium Generale*, 6 (1959); *Obras médicas de Pedro Hispano* (Coimbra, 1973), onde se coligem e editam, novamente o *Thesaurus Pauperum*, e dois regimentos de saúde que se encontravam inéditos: «obras de interesse sobretudo para a história da ciência, mas também para o latim medieval, não deixam de fornecer o seu contributo para uma melhor apreciação do perfil intelectual de Pedro Hispano e para a rectificação de elementos da sua biografia», como se declara no prefácio da mesma obra; «A obra médica de Pedro Hispano», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Letras (Lisboa, 1976), pp. 181-208; «Die Überlieferungsgeschichte des Liber de Conservanda sanitate von Petrus Hispanus», in *Überlieferungsgeschichte Untersuchungen* (Berlim, 1981).

¹⁶ *Vida e Milagres de São Rosendo*, texto latino, tradução, prefácio e notas de Maria Helena da Rocha Pereira (Porto, 1970); *Vida de São Teotónio*, prefácio, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira (Coimbra, 1987).

¹⁷ Maria Helena da Rocha Pereira, «Helenismos no 'Livro da Virtuosa Benfeitoria'», *Biblos*, 57 (1981), pp. 313-358.

¹⁸ Mário Júlio de Almeida Costa, *Origem da enfiteuse no direito português* (Coimbra, 1957); *Raízes do censo consignativo — Para história do crédito medieval português* (Coimbra, 1961); «Temas de História do Direito» (Coimbra, Sep. do

Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, 1970); «Romanismo e Bartolismo no Direito Português» (Coimbra, Sep. do *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, 1960); «La présence d'Accurse dans l'histoire du droit portugais» (Coimbra, Sep. do *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, 1966); *Para a história da Cultura jurídica medievá em Portugal* (Coimbra, 1959).

¹⁹ Martim de Albuquerque, «Introdução» a: *Ordenações Del-Rei Dom Duarte* (edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes) (Lisboa, 1988), p. XIV.

²⁰ Id., *ibid.*, p. XVI.

²¹ Martim de Albuquerque, *Portugal e a 'Jurisdictio Imperii'* (Lisboa, 1964); «As Regências na História do Direito Português e das Ideias Políticas em Portugal», Sep. de *Portugaliae Historica* (1973); «O Regimento Quatrocentista da Casa da Suplicação (texto latino acompanhado de tradução portuguesa pelo Dr. Miguel Pinto de Meneses)», (Paris, sep. especial de *Arquivos do Centro Cultural Português*, 15, 1980); «O Escotismo Político de Camões», Sep. de *Brotéria*, 112 (1981).

²² Pedro Soares Martínez, *História Diplomática de Portugal* (Lisboa, 1986), pp. 23-77.

²³ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica* (Lisboa, s.d.: 1988), pp. IX, X.

²⁴ Jorge Borges de Macedo, «O desenvolvimento da revolução nacional de 1383-1385» (Conferência no ciclo comemorativo da Batalha de Aljubarrota em 9 de Maio de 1985), in *Aljubarrota 1383-1385*, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Separata (Lisboa, 1986), pp. 3 e 4.

²⁵ Id., *ibid.*, p. 5.

²⁶ Salientem-se, entre as principais obras de J. Borges de Macedo: *A situação económica no tempo de Pombal* (1.ª ed., Porto, 1950; 2.ª ed., 1982); *O açúcar da Madeira nos fins do século XV — Problemas de distribuição e comércio* (Funchal, 1962); *O Bloqueio continental — Economia e guerra peninsular* (Lisboa, 1962); *Estrangeirados, um conceito a rever* (1.ª ed., Braga, 1973; 2.ª ed., Lisboa, 1978); *Alexandre Herculano, polémica e mensagem* (Lisboa, 1980); *Os Lusíadas e a História* (Lisboa, 1980); *Damião de Goes et l'historiographie portugaise* (Paris, 1982); *O marquês de Pombal, 1699-1782* (Lisboa, 1982).

²⁷ J. Borges de Macedo, «Um desafio à Cultura portuguesa», in *Democracia e Liberdade*, 2 (1977), p. 59. Cf. ainda, do mesmo Autor, sobre as concepções de Cultura: «A Cultura Portuguesa no mundo contemporâneo: um problema geral», separata do *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, 4 (1968), pp. 345-364; «Uma perspectiva Portuguesa para a integração europeia», in *Democracia e Liberdade*, Sep., 9 (1979); «Portugal - Ano 2000», in *Portugal no Ano 2000* (Braga-Lisboa, 1980), pp. 135-173; «Não temos o direito de desistir» — Inquérito sobre a Identidade Nacional, in *Prelo*, 1 (1983), pp. 7-10; «Questões sobre a Cultura Portuguesa», *Revista ICALP* (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa), Sep., 4 (1986).

²⁸ Jorge Borges de Macedo, *Alexandre Herculano — Polémica e Mensagem* (Lisboa, 1980), pp. 20-21.

APÊNDICE BIBLIOGRÁFICO

1. BIBLIOGRAFIA de Mário Martins

«O 'Poema de Mio Cid' e o psiquismo espanhol», *Brotéria*, 24 (1937), pp. 311-318; «Petrarca no 'Boosco Deleytoso'», *Brotéria*, 38 (1944), pp. 361-373; «Frei João de S. Tomás na história das ideias estéticas na Península», *Brotéria*, 38 (1944), pp. 529-539; «Quando os Tártaros batiam às portas da Europa», *Brotéria*, 40 (1945), pp. 162-171; «S. Valério e o Ocidente da Península Ibérica», *Brotéria*, 40 (1945), pp. 17-24; «A demanda do Santo Graal», *Brotéria*, 41 (1945), pp. 554-561; «A polémica religiosa nalguns códices de Alcobaça», *Brotéria*, 42 (1946), pp. 241-250; «Frei João, monge de Alcobaça e controversista», *Brotéria*, 42 (1946), pp. 412-421; «A Filosofia esotérica no 'Speculum Hebraeorum' e em Samuel Usque», *Revista Portuguesa de Filosofia: adiante RPF*, 2 (1964), pp. 339-349; «A Imaculada Conceição na espiritualidade portuguesa», *Brotéria*, 43 (1946), pp. 556-578; «Em torno da História da Filosofia cristã espanhola», *RPF*, 3 (1947), pp. 150-165; «A vida económica dos monges de S. Frutuoso», *Brotéria*, 44 (1947), pp. 391-400; «As origens da Filosofia de Raimundo Sibiúda», *RPF*, 4 (1948), pp. 5-24; «Uma narrativa marítima do séc. XII», *Brotéria*, 47 (1948), pp. 257-265; «Um capítulo de mística e um emparedado, em Fernão Lopes», *Brotéria*, 47 (1948), pp. 541-550; «Visionarismo literário de Quatrocentos», *Brotéria*, 47 (1948), pp. 257-265; «A volta do 'Orto do Esposo'», *Brotéria*, 46 (1948), pp. 164-176; «A música religiosa na 'Côrte Imperial'», *Brotéria*, 48 (1949), pp. 308-312; «Os Autos dos Apóstolos e o Livro de Santiago», *Brotéria*, 48 (1949), pp. 304-316; «O Vergel de consolação...», *Brotéria*, 49 (1949), pp. 420-433; «Vidas e paixões dos Apóstolos», *Brotéria*, 49 (1949), pp. 521-528; *Correntes da filosofia religiosa em Braga (Séculos IV-VII)*, Porto, 1950; «O 'Livro das Confissões' de Martim Pérez (séc. XIV)», *RPF*, 6 (1950), pp. 156-167; «A espiritualidade de Álvaro Pais, bispo de Silves», *Itinerarium*, 1 (1950), pp. 173-190; «Pascásio dumiense, tradutor», *Brotéria*, 50 (1950), pp. 295-304; «Teatro sagrado na nossa Idade Média», *Brotéria*, 50 (1950), pp. 140-153; «Fragmentos medievais portugueses», *Brotéria*, 50 (1950), pp. 403-414; «Um tratado medievo-português do Nome de Jesus», *Brotéria*, 50 (1950), pp. 664-671; «A nossa poesia medieval, em latim rítmico», *Brotéria*, 51 (1950), pp. 5-18; «Da vida e da morte dos monges de Alcobaça», *Brotéria*, 51 (1950), pp. 155-166; «A Assunção de Nossa Senhora na poesia medieval», *Brotéria*, 51 (1950), pp. 531-539; «Os 'Bestiários' na nossa literatura medieval», *Brotéria*, 52 (1951), pp. 547-560; «O livro da Ordem dos Cónegos Regrantes e Crasteiros», *Brotéria*, 52 (1951), pp. 650-661;

«As acusações contra Tomás Escoto e a sua interpretação», *RPF*, 8 (1952), pp. 29-49; «Os Comentários de Pedro Hispano ao Pseudo Dionísio Areopagita», *RPF*, 8 (1952), pp. 295-414; «O 'Livro do desprezo do mundo', de Isaac de Nínive em medievo-português», *Boletim de Filologia*, 13 (1952), pp. 153-163; «Os solilóquios e as meditações do pseudo-Agostinho, em medievo-português», *Brotéria*, 50 (1952), pp. 168-177; *O ciclo franciscano na nossa espiritualidade medieval*, Coimbra, 1952; *O livro dos milagres de Nossa Senhora de Oliveira*, de Afonso Perez, Guimarães, 1953; «Santo Agostinho nas Bibliotecas Portuguesas da Idade Média», *RPF*, 11/1 (1955), pp. 166-176; «Constituições sinodais medievo-Portuguesas», *Brotéria*, 54 (1952), pp. 154-164; «O livro de José de Arimateia, da Torre do Tombo...», *Brotéria*, 55 (1952), pp. 289-298; «Os precursores de S. Francisco Xavier», *Brotéria*, 55 (1952), pp. 385-390; «A Regra dos monges e o livro da vida solitária», *Brotéria*, 56 (1953), pp. 144-154; «Em torno de um estudo sobre Mestre André Dias», *Brotéria*, 57 (1953), pp. 655-672; «O tratado *De graecis errantibus* por Mestre André Dias», *Brotéria*, 57 (1953), pp. 60-65; «Em nome de São Bernardo», *Brotéria*, 57 (1953), pp. 422-428; «O mais antigo catecismo em português», *Brotéria*, 59 (1954), pp. 178-184; «O 'Vergel de Nossa Senhora' por Miguel Pérez», *Brotéria*, 59 (1954), pp. 258-264; «O pseudo-Turpin na versão portuguesa da História do Imperador Carlos Magno», *Brotéria*, 59 (1954), pp. 380-395; «A ética estatal de Frei Alvaro Pais no 'Speculum Regum'», *RPF*, 11/2 (1955), pp. 403-411; «Arte e códices medievais no Livro das Kalendas», *Itinerarium*, 1 (1955), pp. 712-719; «O 'Castelo Perigoso' em português e no original de Frei Roberto», *Brotéria*, 61 (1955), pp. 291-296; «As Meditações' do cód. alc. CCLXXIV/212 e as suas fontes agustinianas e bíblicas», *Brotéria*, 60 (1955), pp. 520-527; «O 'Castelo Perigoso' na sua forma original e numa adaptação francesa», *Brotéria*, 61 (1955), pp. 36-43; «A 'Formula de Vitae Honestae' em Jean Courtecuisse e Cristina de Pisano», *RPF*, 12 (1956), pp. 126-137; «Adversus judaeos», *Itinerarium*, 2 (1961), pp. 157-168; *Vida e obras de Frei João Claro (1520)*, 'Doctor Parisiensis' e Professor Universitário, Coimbra, 1956; *Estudos de Literatura Medieval*, Braga, 1956; «Da vida e da obra de Frei Sebastião Toscano», *Brotéria*, 62 (1956), pp. 47-55; «Édipo e a lenda de Judas num Flos Sanctorum em português de Quatrocentos», *Brotéria*, 63 (1956), pp. 537-542; *A 'Mística Teologia', de Frei Toscano* (inicialmente publicado no vol. 33 de *Biblos*), Coimbra, 1957; «Experiência e conhecimento da Natureza no Livro da Montaria», *RPF*, 13 (1957), pp. 52-65; «O penitencial de Martim Pérez em medievo-português», *Lusitania Sacra*, 2 (1957), pp. 57-110; «Frei Alvaro Pais e o poeta Afonso Geraldês», *Brotéria*, 65 (1957), pp. 322-327; «Da literatura da Paixão», *Brotéria*, 64 (1957), pp. 399-408; «Copistas dos códices alcobacenses», *Brotéria*, 66 (1958), pp. 412-423; «A rainha D. Leonor e os livros», *Brotéria*, 67 (1958), pp. 249-257; «A ética social no 'Vergel de Consolação'», *RPF*, 15 (1959), pp. 407-416; «Os monges de Alcobaca perante os códices», *Brotéria*, 68 (1959), pp. 155-163; «As orações que D. Duarte acrescentou ao seu livro de horas», *Brotéria*, 68 (1959), pp. 259-260; «Uma versão medieval de Humberto de Romans, O.P.», *Brotéria*, 68 (1959), pp. 510-520; «O elemento religioso em Amadis de Gaula», *Brotéria*, 68 (1959), pp. 369-650; «Cinopédia Medieval», *Brotéria*, 69 (1959), pp. 41-50; «O teatro litúrgico na Idade Média peninsular», *Brotéria*, 69 (1959), pp. 275-287; «A história do Velho Testamento em português do séc. XIV», *Brotéria*, 69 (1959), pp. 429-440; «S. Isidoro na Idade Média portuguesa», *Brotéria*, 70 (1960), pp. 275-283; «O diálogo entre o Infante D. Henrique e Frei André do Prado», *RPF*, 16 (1960), pp. 281-295; «As florinhas de S. Francisco e a Crónica dos

Frades Menores», *Brotéria*, 70 (1960), pp. 154-163; «S. Isidoro na Idade Média portuguesa», *Brotéria*, 70 (1960), pp. 275-283; «O 'Livro dos Milagres' da Bem Aventurada Virgem Maria», *Brotéria*, 70 (1960), pp. 517-532; «Ludolfo de Saxónia e a 'Vita Christi'», *Brotéria*, 70 (1960), pp. 675-682; «Um pouco de Hermes na Idade Média portuguesa», *Brotéria*, 71 (1960), pp. 52-62; «O livro que o Infante D. Henrique mandou escrever», *Brotéria*, 71 (1960), pp. 195-206; «Livro dos Milagres de Santo António em medievo-português», *Brotéria*, 71 (1960), pp. 299-307; «Representações teatrais em Lisboa no ano de 1451», *Brotéria*, 71 (1960), pp. 422-430; «Ladainhas de Nossa Senhora em Portugal», *Lusitania Sacra*, 5 (1960/1961); «A Legenda dos Santos Mártires e o Flos Sanctorum de 1513», *Brotéria*, 72 (1961), pp. 155-165; «A espiritualidade do 'Livro da Montaria', *Itinerarium*, 7 (1961), pp. 163-170; «A 'escada celestial' em medievo-português», *Brotéria*, 72 (1961), pp. 402-415; «O breviário franciscano da Rainha D. Leonor», *Brotéria*, 72 (1961), pp. 510-522; «Disciplina dos monges», *Brotéria*, 72 (1961), pp. 633-644; «O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga», *Brotéria*, 73 (1961), pp. 28-41; «Os 'Actos dos Apóstolos' e os 'Autos dos Apóstolos'», *Brotéria*, 73 (1961), pp. 134-144; «O 'Livro do Caminho' do pseudo-Clemente», *Brotéria*, 73 (1961), pp. 273-281; «Em torno do pseudo-Abadias», *Brotéria*, 73 (1961), pp. 428-435; «Uma obra apócrifa de Raimundo Lúlio», *RPF*, 18 (1962), pp. 369-378; «Os fragmentos da 'Legenda Aurea' em medievo-português», *Itinerarium*, 8 (1962); «Oração em louvor da filosofia», *RPF*, 18 (1962), pp. 369-378; «A gesta peninsular de Carlos Magno em galaico-português», *Brotéria*, 74 (1962), pp. 283-292; «O romance do Pseudo-Marcelo», *Brotéria*, 74 (1962), pp. 519-529; «O 'Livro do Pastor'», *Brotéria*, 75 (1962), pp. 62-68; «Os 'Actos de Bartolomeu' em medievo-português», *Brotéria*, 75 (1962), pp. 177-181; «Evocação da 'Chanson de Roland'», *Brotéria*, 75 (1962), pp. 294-306; «Fragmento de um Tratado de Teologia do século XV em português», *Brotéria*, 75 (1962), pp. 416-423; «A lenda de Caifás», *Brotéria*, 75 (1962), pp. 530-534; «Bernardo de Brihuega, compilador dos 'Autos dos Apóstolos'», *Boletim de Filologia*, 1-2 (1962-1963), pp. 69-85; «O Livro das Aves», *Brotéria*, 76 (1963); «O 'Pari' de Pascal e um sermão português do século XV», *RPF*, 19 (1964), pp. 59-65; «As cartas de Ariadna e Dido», *Brotéria*, 76 (1964); «Fábulas perdidas», *Brotéria*, 76 (1964); «Destemporalização», *RPF*, 20 (1964), pp. 197-209; «A 'Fórmula Vitae Honestae' de S. Martinho de Dume em dísticos latinos», *RPF*, 20 (1964), pp. 314-321; «Os dísticos de Catão na base da formação universitária», *RPF*, 24 (1968), pp. 103-113; «Enciclopédias medievais e divulgação filosófica», *RPF*, 25/2 (1969), pp. 24-37; *Estudos de Cultural Medieval*: I, Lisboa, 1969; II, Braga, 1972 (2.ª ed., Lisboa, 1980); II, Lisboa, 1983; *Introdução histórica à vivência do tempo e da morte*, I e II, Braga, 1969; «Um pouco de filosofia na 'General Estoria'», *RPF*, 25/1 (1970), pp. 113-126; *Guia Geral das Horas del-Rei D. Duarte*, Lisboa, 1971; 2.ª ed., Lisboa, 1982; «Do tempo, da morte e da ilusão do real, nos diálogos de Frei Heitor Pinto», *Didaskalia*, 2 (1972), pp. 361-373; «Experiência e Conhecimento no 'Livro da Falcoaria'», *RPF*, 28 (1972), pp. 56-63; «Eros, o complexo de Merlim e o livre árbitro», *RPF*, 28 (1972), pp. 56-63; «O Sermonário de Frei Paulo de Coimbra do Cód. Alc. 5/XXX», *Didaskalia*, 3 (1972), pp. 337-362; *Alegorias, Símbolos e Exemplos morais da Literatura Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1975; «O Mito de Édito na Idade Média Portuguesa», *Evphrosyne*, 7 (1975-1976), pp. 73-101; «Pedro Hispano. Um Mestre da arte de pensar», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* (Classe de Letras), vol. 19 (Lisboa, 1976), pp. 181-208; «A Amizade e o amor conjugal no 'Leal Conselheiro'», *Didaskalia*, 9/2

(1979), pp. 269-278; *A poesia rústica de D. Manuel de Portugal*, Coimbra, 1960; «Teatro Quinhentista nas Naus da Índia», *Brotéria*, 1973; «A Imagem do Homem Português nas 'Viagens de Gulliver', em Robinson Crusoe e na 'Utopia'», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* (Classe de Letras), vol. 21 (1980), pp. 287-322; «Frei Pantaleão de Aveiro e os judeus», *Iberia. Literary and Historical Issues. Studies in Honour of Harold of Livermore*, 1985, pp. 49-56; *Nossa Senhora nos Romances do Santo Graal e nas Ladainhas medievais e quinhentistas*, Braga, 1988.

2. BIBLIOGRAFIA de José Mattoso

L'abbaye de Pendorada des origines a 1160, Coimbra, 1962; «Os cartórios dos mosteiros beneditinos na diocese do Porto», *Anuário de Estudos Medievais*, 1, Barcelona (1964), pp. 139-166; «São Bento, Pai da Europa», sep. de *O Instituto*, 127 (1965), 27 pp.; «A 'lectio divina' nos autores monásticos da Alta Idade Média», *Stvdia Monastica*, 9 (1967), pp. 167-187; *Le monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse du Porto de l'an mille a 1200*, Lovaina, 1968; «O Monaquismo ibérico e Cluny», *Do Tempo e da História*, 2 (1968), pp. 79 e segs.; «La Espiritualidad Monástica durante la Edad Media», *Historia de la Espiritualidad*, I (separata), Barcelona (1969), pp. 833-935; «A Cultura Monástica em Portugal (711-1200)», *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, 3 (1969), separata 35 pp.; «A Nobreza rural portuguesa nos séculos XI e XII», *Anuário de Estudos Medievais*, 6 (1969), pp. 465-520; *As famílias condais portucalenses dos séculos X e XI*, Porto, 1970; «Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI-XIII^e Siècles)» (recensão), separata *Do Tempo e da História*, 4 (1971), 13 pp.; «Sanctio (875-1100)», *Revista Portuguesa de História*, 13 (1971), pp. 299-338; «Eremitas Portugueses no século XII», *Lusitania Sacra*, 9 (1972), separata 40 pp.; «Leituras cistercienses do século XV», *Do Tempo e da História*, 5 (1972), pp. 101-141; «S. Rosendo e as correntes monásticas da sua época», *Do Tempo e da História*, 5 (1972), separata 27 pp.; «A introdução da Regra de S. Bento na Península Ibérica», *Bracara Augusta*, 30 (1970), separata; «Os Livros de Linhagens portugueses e a literatura genealógica europeia da Idade Média», *Armas e Troféus*, 2 (1976), separata 23 pp.; «O Mosteiro de Santo Tirso e a Cultura Medieval Portuguesa», *Santo Tirso-Boletim Cultural*, 1 (1977), separata 29 pp.; «Notas sobre a estrutura da família medieval portuguesa», *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, 24 (1977), pp. 123-158; «A região de Arganil: de fronteira a terra senhorial», *Revista Portuguesa de História*, 16 (1978), pp. 143-158; «Organização, prefácio e notas» a: Fr. Leão de Santo Tomás, *Benedictina Lusitana*, 2 vols., Lisboa, 1974; «Organização, prefácio e notas» a: Alexandre Herculano, *História de Portugal*, 4 vols., Lisboa, 1980-1981; «Introdução e notas» a: A. Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, 1984; «Organização, prefácio e notas» a: Luciano Cordeiro, *Berenguela e Leonor, Rainhas da Dinamarca*, Lisboa, 1984; colaboração em: *Dicionário de História de Portugal* (dir. por Joel Serrão); *Dictionnaire d'Histoire de Géographie Ecclésiastique*; *New Catholic Encyclopedia*; «Introdução» [na ed. crítica, que organizou, com

Joseph Piel] a: *Portugaliae Monumenta Historica a seculo octavo post Christum, jvssv Academie Scientiarvm Olisiponensis edita*. Nova Série. Vol. I: *Livros Velhos de Linhagens*, Lisboa, ed. Academia das Ciências, 1980; Vol. II/2: *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Lisboa, ed. Academia das Ciências, 1980; «Portugal im Hoch-und Spätmittelalter», *Handbuch der Europäischen Wirtschafts-und Sozialgeschichte*, 2, Stuttgart, 1980; «A História das Paróquias em Portugal», *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*, 16 (1980), separata 15 pp.; *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, 1981; *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, 1982; *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, 1982; «S. Martinho de Dume e as correntes monásticas da sua época», *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2.^a Série, 28 (1982), pp. 339-352; «O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas em Portugal», *Colóquio Antoniano*, Lisboa (1982), pp. 61-71; «Monges e clérigos portadores da cultura francesa em Portugal (séculos XI e XII)», *Les Rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France*, Paris, 1983; *Narrativas dos Livros de Linhagens* (selecção, introdução e comentários por J. M.), Lisboa, 1983; «Perspectivas actuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa (1128-1383)», *Anuário de Estudos Medievais*, 13, Barcelone (1983), pp. 641-662; «João Soares Coelho e a Gesta de Egas Moniz», *Boletim de Filologia*, 28 (1983), pp. 99-122; «As enciclopédias medievais», *Prelo*, 4 (1984), pp. 43-52; «O monaquismo beneditino português no princípio do século XIII» (II Encontro sobre História Dominicana), *Arquivo Histórico Dominicano Português* (1984), pp. 175-189; «Sobre o problema do Feudalismo em Portugal. Resposta a Robert Durand», *Revista Portuguesa de História*, 21 (1985), pp. 13-19; *O essencial sobre a cultura medieval portuguesa (séculos XI a XIV)*, Lisboa, 1985; *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*. Vol. I - Oposição. Vol. II - Composição, Lisboa, 1985; *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, 1985; *A Escrita da História*, Lisboa, 1986; «A nobreza e a revolução de 1383», *Jornadas de História Medieval: 1383/1385 e a crise geral dos séculos XIV/XV*, Lisboa (1986), pp. 391-402.

3. BIBLIOGRAFIA de Joaquim Cerqueira Gonçalves

«Introdução» (pp. 5-27) a: Frei Gomes de Lisboa, *Questão muito útil sobre o objecto de qualquer Ciência e principalmente da Filosofia natural*, trad. Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, 1964; «La contingence de la nature et la distinction d'essence et d'existence chez Duns Scot», *Revista da Faculdade de Letras*, III Série, 8 (1966), pp. 83-90; «O Espírito do Escotismo», *Brotéria*, 84 (1967), pp. 18-32; «A Dialéctica do Optimismo e do Pessimismo na Obra de Gil Vicente», *Itinerarium*, 51, pp. 66-78; «La Dialéctica del querer y del poder en Agustín», *Estudio Agustiniiano*, 3 (1968), pp. 545-551; «La gènesis de la science dans le 'De reductione artium ad theologiam' de saint Bonaventure», *Études Franciscaines*, 18 (1968), pp. 135-140; *Homem e Mundo em São Boaventura*, Braga, 1970; «La structure métaphisique de l'être chez saint Bonaventure», *Études Franciscaines*, 21 (1971), pp. 19-23; *Humanismo Medieval*, I: *A Natureza do Indivíduo em João Duns Escoto*; II: *Francisca-*

nismo e Cultura, Braga, 1971; «L'homme et la science dans le 'De Doctrina Christiana' de saint Augustin», *Abstracts of Communications presented at the XVth World Congress of Philosophy* (Varna, 1973), pp. 17-22; «A Idade Média Filosófica», *Brotéria*, 94 (1972), pp. 147-156; «Em Vésperas de dois Centenários — São Tomás de Aquino e São Boaventura», *Itinerarium*, 75 (1972), pp. 3-8; «João Duns Escoto e o Pensamento não-cristão», *Itinerarium*, 78 (1972), pp. 341-347; «O Deus do Homem. A 'Aposta' de Santo Anselmo e a nossa», *Itinerarium*, 78 (1973), pp. 273-308; «Noção e Função da Natureza na Obra de São Boaventura», *S. Boaventura 1274-1974* (Roma, 1974), Vol. III, pp. 155-159; «O Primado de Cristo em São Boaventura», *Itinerarium*, 86 (1974), pp. 277-386; «São Boaventura e a Universidade Medieval», *Revista Portuguesa de Filosofia*, 30 (1974), pp. 237-255; «São Boaventura Mestre da Vida Espiritual», *Didaskalia*, 4 (1974), pp. 25-276; «Pedagogia e Linguagem na Obra de Santo Agostinho», *Euphrosyne*, IX (1979), pp. 187-191; «La métaphysique: la grande interpellation pour l'homme contemporain», *Metafisica e Scienze dell'uomo. Atti del VII Congresso Internazionale — Bergamo, 4-9 settembre 1980*, pp. 644-648; «Filosofia e Relação. Interpretação cristã da Categoria grega», *Biblos*, 5 (1980), pp. 185-194; «Gil Vicente e a temporalidade», *Euphrosyne*, X (1981), pp. 141-153; «A Desdivinização do Mundo na Idade Média (a via agostiniano-franciscana)», *Itinerarium*, 117 (1983), pp. 407-419; «'História de Deus' e 'História dos Homens' (A dinâmica da Teologia)», *Revista Española de Teología*, 44 (1984), pp. 305-312; «A Vida e a Morte dos Sinais. Uma leitura de 'O Nome da Rosa' de Umberto Eco», in *Ao Encontro da Palavra. Homenagem a Manuel Antunes*, Lisboa, 1985, pp. 335-358; «Uma Conversão Paradigmática (No XVI Centenário da Conversão de Santo Agostinho)», *Paideia-Educação*, 17 (1986-1987), p. 2; «A Filosofia e a Paz», *Biblos*, 62 (1986), pp. 15-21; «A Cultura e a Conversão de Agostinho (No XVI Centenário da Conversão do Santo)», *Euphrosyne*, XV (1987), pp. 299-304; «Natureza e Caminhos da Paz, em 'Itinerarium Mentis in Deum' de São Boaventura» (colaboração em Volume Internacional em Homenagem ao medievalista Guy Bougerol, aguardando publicação, 1989); Colaboração no Volume I de *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia* (Lisboa, 1989), com os seguintes títulos: *Santo Agostinho*, *Agostinismo*, *São Boaventura*, *Escotismo*, *Duns Escoto*, *Godofredo de São Vítor*, *Guilherme de Auxerre*, *Gaunilo*, *Frei Gomes de Lisboa*, *Guilherme de Conches*, *Guilherme de Champeaux*, *Guilherme de la Mare*, *Guilherme de Ockham*.

4. BIBLIOGRAFIA de Artur Moreira de Sá

«O Papa João XXI, Filósofo e Político», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Vol. XXII (1949), pp. 262-277 (separata); «O Infante D. Pedro e a Crítica Histórica», *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 2.ª Série, tomo 16 (1950), pp. 117-136 (separata); *Contribuição Portuguesa para o Conhecimento Científico — Séculos XIII a XVI*, Santiago de Compostela, 1950; «Um Português de Quatrocentos, partidário do Absolutismo Real», *Las Ciencias*, 17 (Madrid, 1952); «A Carta de Bruges do Infante D. Pedro», *Biblos*, 28 (1952), pp. 33-51; «Pedro Hispano, Prior da Igreja de Santa Maria de Guimarães e Arcebispo da Sé de Braga», *Biblos*, 30 (1954), pp. 1-24 (separata); «Pedro Hispano e a crise de 1277 da Universidade de Paris», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 22 (1955), pp. 221-241 (separata); «Alguns

documentos referentes ao Infante D. Pedro», *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 2.ª Série, 22 (1956), pp. 5-69 (separata); «Um grande filósofo europeu arcebispo eleito da Sé de Braga, que ocupou a cadeira de S. Pedro», *Bracara Augusta*, 6-7 (1956), pp. 5-16 (separata); «Introdução e notas» a: André de Resende, *Oração de Sapiência (Oratio pro rostris)*, Lisboa, 1956; «As Actas das Cortes de 1438», *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 2.ª Série, 20 (1956), pp. 155-176 (separata); «Prefácio» em: Pedro Hispano, *Exposição sobre os livros do Beato Dionísio Areopagita*, Lisboa, 1957; *O Infante D. Henrique e a Universidade*, Lisboa, 1960; «A próxima edição de três traduções portuguesas inéditas do séc. XV», *Boletim Internacional*, 1 (1960), pp. 563-585; «Introdução» a: Pseudo-Aristóteles, *O Segredo dos segredos*, Lisboa, 1960; «Dúvidas e problemas sobre a Universidade Medieval Portuguesa», *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 3.ª Série, 8 (1964), pp. 237-240 (separata); «Nota prévia» em: Pedro Margallo, *Escólios em ambas as Lógicas à doutrina de S. Tomás, do subtil Duns Escoto e dos Nominalistas*, Lisboa, 1965; *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Documentos coligidos e publicados por ..., Vol. I, Lisboa, 1966; «Primórdios da Cultura Portuguesa (I)», *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. I (1967), Lisboa, 1966 (separata); «Primórdios da Cultura Portuguesa (II)», *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. II, n.º 1, Lisboa, 1968 (separata); «O Porto e a cultura nacional nos séculos XII e XIII», *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. II, Lisboa, 1968 (separata); *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Documentos coligidos e publicados por ..., vol. III, Lisboa, 1969; «La fondation de l'Université, à Lisbonne, en 1288 et son rôle dans le développement de la culture portugaise jusqu'au milieu du XV^e siècle» (Comunicação apresentada ao XIII Congresso Internacional de Ciências Históricas, realizado em Moscovo), *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 3.ª Série, n.º 12 (1969), pp. 29-36 (separata); «Les origines de l'Université Portugaise et son évolution jusqu'en 1537», *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, II (1970), pp. 13-46 (separata); *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Documentos coligidos e publicados por ..., vol. IV, Lisboa, 1970; *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Documentos coligidos e publicados por ..., vol. V, Lisboa, 1972; *Auctarium Chartularii Portugalensis*. Documentos coligidos e publicados por ..., vol. I (1506-1516), Lisboa, 1973; *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Documentos coligidos e publicados por ..., vol. VI, Lisboa, 1974; *Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis*. Documentos coligidos e publicados por ..., vol. II (1516-1529), Lisboa, 1975; *Bibliographie Internationale de l'Histoire des Universités. II - Portugal*, Genève (1976), pp. 1-80 (separata); *Chartularium Universitatis Portugalensis (1471-1481)*, vol. VII, Lisboa, 1978; «A fundação da Universidade», *Suplemento literário de O Estado de S. Paulo*, n.º 133, de 20.5.1979, pp. 11 e 12; *Chartularium Universitatis Portugalensis (1481-1490)*, vol. VIII, Lisboa, 1981.

5. BIBLIOGRAFIA de Joaquim Veríssimo Serrão

«Santarém nos dias de D. Alfonso III», *Vida Ribatejana*, número especial (1952); «Escolares portugueses nas Universidades do sul da França (1350-1400)», *Revista Ocidental*, 45 (1953), pp. 105-112; *Portugueses no Estudo de Toulouse*,

Coimbra, 1954; «O convento de São Domingos de Santarém», *Ribatejo*, 2.ª Série, 4 (1954), p. 73, e 5 (1954); «Les étudiants portugais dans les universités du midi de la France à la fin du XIV^e siècle», *Bulletin historique et philologique du comité des travaux historiques et philologiques*, Paris, 1955; *Présence du Portugal à Toulouse, XIV^e-XVIII^e siècles*, Toulouse, 1956; *Portugueses no Estudo de Salamanca, I (1250-1550)*, ed. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 3.ª Série, 3 (1962), pp. 5-512; *História breve da historiografia portuguesa*, Lisboa, 1962; «A judiaria de Santarém no reinado de D. João I», *Vida Ribatejana*, número especial (1962), pp. 27-28; *Les portugais à l'université de Toulouse, XIII^e-XVII^e siècles* (Memórias e documentos para a história luso-francesa 5, do Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian), Paris, 1970; *Les portugais à l'université de Montpellier, XII^e-XVII^e siècles* (Memórias e documentos para a história luso-francesa 8, do Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian), Paris, 1971; *A historiografia portuguesa. I - Séculos XII a XVI*, Lisboa, s.d.; «La universidad de Salamanca y Portuga lhasta el renacimiento», *Estudios sobre la cultura portuguesa actual y un prologo retrospectivo* (Publicaciones de los cursos de verano de la universidad de Salamanca), 1973; «A concessão do foro da cidade em Portugal, dos séculos XII a XIX», *Portugaliae Historica*, 1 (1973), pp. 13-80; *História de Portugal. I - Estado, pátria e nação (1080-1415)*, Lisboa, 1977; «Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça: pum caso de rivalidade cultural?», Colóquio sobre *A historiografia portuguesa anterior a Herculano*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1977; «Alexandre Herculano e a fundamentação da 'História de Portugal'», sep. de *Alexandre Herculano — Ciclo de conferências comemorativas do I centenário da sua morte*, Porto, 1979; «Do mosteiro da Vitória à vila da Batalha (1388-1540)», *Actas do I encontro sobre história dominicana*, Porto, 1980; *Portugal um destino histórico. Um estado de direito com oitocentos anos. Bula 'Manifestis probatum' de 23 de Maio de 1179*, Academia das Ciências de Lisboa, 1981, pp. 47-51; *História das Universidades*, Porto, 1983; «D. Durando Pais e o seu tempo (no VII centenário da catedral de Évora)», sep. *Igreja Eborensis*, Évora, 1984.

6. BIBLIOGRAFIA de Francisco da Gama Caeiro

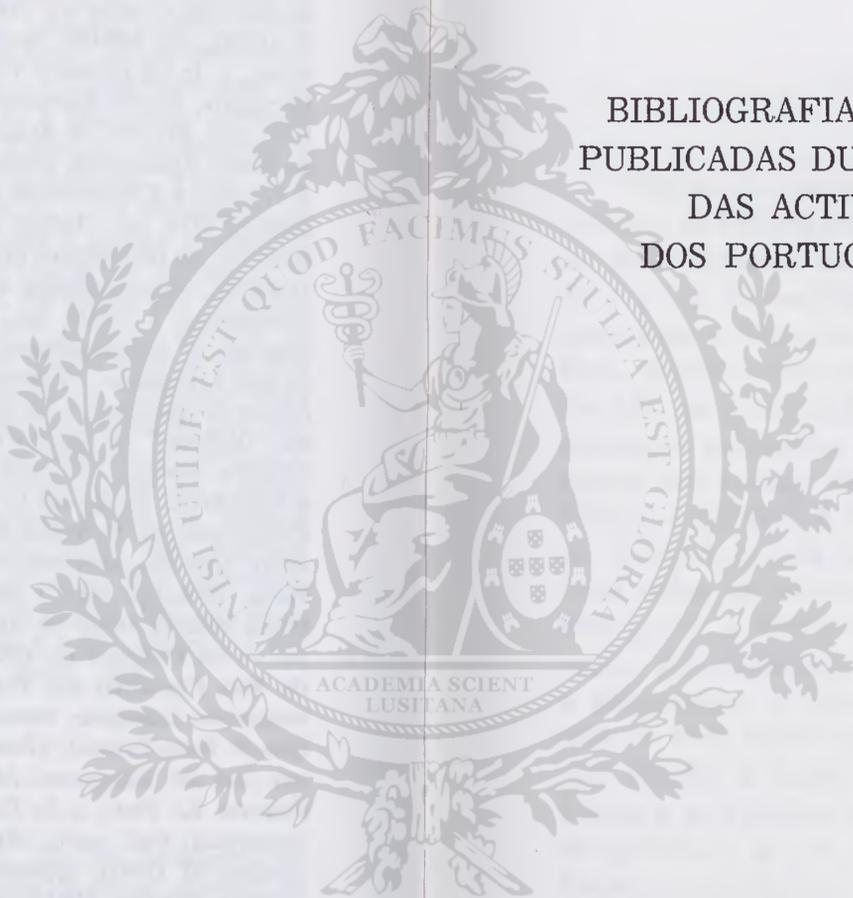
«Revivências Setecentistas do Lulismo em Portugal», *Revista Portuguesa de Filosofia*, 11/2 (1955), pp. 607-612; «História da Filosofia em Portugal, Roteiro de Matérias e Guia Bibliográfico», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2.ª Série, n.º 7 (1963), pp. 102-103; «Aportación para el estudio de las fuentes del pensamiento místico del Bto. Ramón Llull (El Bto. Ramón Llull y la doctrina de San Juan de la Cruz sobre la 'Noche oscura'. Correcciones y comentarios», *Estudios Lulianos*, 8 (1964), pp. 33-40; «Ordenação Sacerdotal de Santo António», *Itinerarium*, ano X, n.º 46, pp. 446-460; «Lembranças de Portugal na Obra de Santo António», *Brotéria*, 80 (1965), pp. 726-732; «Santo António de Lisboa e o Cântico dos Cânticos», separata de *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 3.ª Série, 8 (1964), 40 pp.; «Novos Elementos sobre Pedro Hispano. Contribuição para o estudo da sua Biografia», *Revista Portuguesa de Filosofia*, 22 (1966), pp. 157-174; «Nature et Symbole chez S. Antoine de Padoue», *La Filosofia della natura nel Medioevo. Atti del III Congresso*

internazionale di filosofia medioevale. Passo della Mendola (Trento) — 31 agosto - 5 settembre 1964, Milão, 1966, pp. 363-371; *As Escolas Capitulares no Primeiro Século da Nacionalidade Portuguesa*, Lisboa, 1966; *Santo António de Lisboa*, vol. I: *Introdução ao Estudo da Obra Antoniana*, Lisboa, 1967; *A Organização do Ensino em Portugal no Período Anterior à Fundação da Universidade*, Lisboa, 1968; «L'Interprétation du texte bonaventurien 'Sermo de S. Antonio'. Le problème historique et doctrinal», *Actes du Colloque Saint Bonaventure*, suppl. de *Études Franciscains*, 18 (1968), pp. 149-159; *Santo António de Lisboa*, vol. II: *A Espiritualidade Antoniana*, t. 1: *Os Grandes Temas da Doutrina Mística*, Lisboa, 1969; «Platonismo em Portugal», *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, XV, Ed. Verbo, Lisboa, 1973, cols. 291-293; «A Assistência em Portugal no séc. XIII e os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho», *Actas das I Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval: A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica, durante a Idade Média*, Lisboa, 1974, pp. 219-229, e em separata; «Santo António de Lisboa e a cultura medieval na perspectiva brasileira», *Suplemento Cultural* 85 de *O Estado de S. Paulo*, 11.6.1978; «Heremênutica e Conhecimento em Santo António de Lisboa», *Cultura Portuguesa*, 1 (1981), pp. 11-15; e em: «Estudos de Cultura Medieval», número especial de *Leopoldianum*, 32, Santos, Brasil, 1984, pp. 71-76; «Leitura Portuguesa de São Francisco», *Francisco de Assis, 1182-1982. Testemunhos Contemporâneos das Letras Portuguesas*, Lisboa, 1982, pp. 133-149; «Sobre heresias medievais: em torno aos 'decretos' de Sueiro Gomes», *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, número especial «Estudos em Homenagem aos Professores Manuel Paulo Merêa e Guilherme Braga da Cruz», 1983, 16 pp. (separata); «Os primórdios dos Frades Pregadores em Portugal. Enquadramento histórico-cultural», *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, Arquivo Histórico Dominicano Português, vol. III/I, Porto, 1984, pp. 161-173 (separata); «São Francisco nos Escritores Portugueses da Idade Média», texto da conferência proferida na Academia Portuguesa da História, em 11 de Outubro de 1982, em sessão solene de abertura do Colóquio «Presença de São Francisco em Portugal e no Mundo Português», a editar nas *Actas do respectivo Colóquio*; resumo da conferência em *Itinerarium*, 114 (1982), pp. 466-467 (por H. Pinto Reima); «Fonti Portoghesi della Formazione Culturale di Sant'Antonio» em *Atti del Congresso Internazionale di Studio sui 'Sermones' di S. Antonio di Padova: Le Fonti e la Teologia dei Sermoni Antoniani*, Padova, 1982, pp. 145-169 (separata); trad. port.: «Fontes portuguesas da formação cultural do Santo», *Itinerarium*, 27 (1981), separata, Braga, 1982, 32 pp.; «Santo António e a Cidade de Lisboa», *Olisipo*, 144-145 (1981-1982), pp. 150-152; «Ensino e pregação teológica em Portugal na Idade Média: algumas observações», *Revista Española de Teología*, 44 (1984), pp. 113-135 (separata); «Ensegnamento e predicazione teologica nel Portogallo dell Medioevo: materiali per la revisione del problema antoniano», *Il Santo*, 25 (1985), pp. 307-328 (separata) (tradução parcial do artigo anterior, com alterações e desenvolvimentos); «A Cultura Portuguesa no último quartel do século XIV», in *Aljubarrota 1385-985*, Lisboa, ed. Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1986, 23 pp. (separata); «Prefácio» a: Alvaro Pais, *Estado e Pranto da Igreja (Status et Planctus Ecclesiae)*, vol. I, Lisboa, 1988; «Presença de Santo Agostinho no pensamento filosófico português», *Eborensis - Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora*, n.º 3 e 4 (1989), pp. 27-38; «Lulismo em Portugal no século XVIII», *Studia Lullistica. Miscellanea in Honorem Sebastiani Garcias Palou*, Maiorca, ed.

Maioricensis Schola Lullistica, 1989, pp. 27-34; Colaboração de artigos em *Logos-Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, vol. I, Lisboa, 1989: «Alcobaça»; «Santo António de Lisboa»; «Aristotelismo em Portugal — Período medieval»; «Averroísmo em Portugal»; vol. II, Lisboa, 1990: «Gonçalo Hispano (Frei)»; «Heresia e Pregação no século XIV em Portugal: a actuação dos Dominicanos», *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, tomo II, Porot, 1989, pp. 299-308.

BIBLIOGRAFIA DAS OBRAS DE AUTORES NACIONAIS
PUBLICADAS DURANTE O SÉCULO XX QUE SE OCUPAM
DAS ACTIVIDADES CIENTÍFICA E TÉCNICA
DOS PORTUGUESES NOS SÉCULOS ANTERIORES

RÓMULO DE CARVALHO *



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

* Professor do Ensino Secundário (aposentado).